



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 34

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.º Reunião em 15/11/2023

Aos quinze dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ana Cristina Pinheiro Rodrigues, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Joana de Oliveira Teixeira, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seça Neves ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Sara Sandra Resende Tavares, Beatriz Rodrigues Mota de Carvalho, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rui Miguel Santos Melo Faria, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os deputados, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e Marta Elisa dos Santos Dutra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Rui Miguel Santos Melo Faria, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus

Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José de Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Miguel António Costa da Silva, se fez substituir nesta reunião da sessão por Ana Cristina Pinheiro Rodrigues.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, retomou a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2024;

Ponto 3 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024;

Ponto 4 - Apreciação e votação da Derrama para 2024;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2024;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2024;

Ponto 7 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;

Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro;

Ponto 9 – Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), sendo que um deverá ser Presidente de Junta de Freguesia.

Ponto 2 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2024.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:007

“Boa noite a todos e todas. O senhor presidente da Assembleia Municipal enfatizou a importância de discussão do plano e orçamento, dizendo que é um dos momentos importantes da nossa vida autárquica. De alguma forma estarei consigo relativamente à importância formal. Importância formal que de facto existe, quanto a ele ser um momento interessante para a intervenção de oposição, pelo menos para esta posição. Mas ela não é de grande interesse para esta oposição, isto porque sabemos que é uma listagem alargada de ideias e projetos muitos dos quais terão uma opinião unânime de população, outras nem tanto, mas não se não é mais do que uma exposição de ideias e projetos para os quais já sabemos que, neste momento, não há verba suficiente para executar, pelo que algumas serão feitas, outras não, por este ou por aquela razão. E outras que não estão aqui acabarão também por ser feitas, porque as circunstâncias assim o exigem.

Portanto é momento formal de alguma importância, mas que seria mais interessante se este não fosse um documento fechado. Chega aqui completamente fechado, da responsabilidade da Câmara, e para o qual não há qualquer possibilidade de apresentação de propostas. Mesmo tendo em conta que se houvesse outra maioria, talvez uma outra, pudesse apresentar, mas em Aveiro, com esta maioria, está super demonstrado que não há proposta que passe que não seja a proposta da Câmara Municipal.

Por isso, é relativamente limitado o interesse, pelo menos, desta oposição. E esta prática vem de 3 mandatos da atual presidência. É esta a prática corrente desta presidência. Portanto, mesmo que fizéssemos aqui a mais brilhante e a mais original das propostas, jamais a ideia seria incluída por razões políticas e por razões práticas.

Ao fim da sessão de hoje teremos o documento aprovado e sobre o documento aprovado não há alterações. Quando muito poderia ficar a ideia para vir para o futuro, para mais tarde, etc, mas não para agora.

Este é um momento para o Senhor Presidente da Câmara fazer mais um dos seus momentos especiais de apresentação à população e é fundamentalmente disso que se trata. Hoje é a apresentação do Senhor Presidente da Câmara.

De qualquer forma, decorrendo da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, sublinho esta ideia que, para já, apenas 55% do volume do Plano tem financiamento garantido. Até que ponto é que as perspetivas de chegar a um número mais aceitável são realistas ou não? O Senhor Presidente utilizou as palavras ambicioso e realista, não sei se estas duas palavras não são de alguma forma contraditórias, mas foi o que utilizou. Mas gostava de ter uma ideia mais concreta em relação às perspetivas.

Fiquei surpreendido de que a Câmara terá um aumento nos seus fundos, numa base de 7,8% relativamente à inflação. Relativamente à inflação porque depois a outra parte é distribuída, porque isto de valores da inflação tem muito que se lhe diga. Mais tarde, mais tarde, nesta ordem de trabalhos, iremos ver algumas contradições que cá estão à volta da inflação.

Espero que esse aumento de tarifas para o grupo AGE (Área de Gestão de Energia-EPAL) não se reflita no cidadão comum. Que as nossas tarifas de saneamento não repercutam nesse aumento do que a Câmara tem que pagar às empresas do grupo AGE.

Sublinho a importância que há décadas se dá à estrada Aveiro/Águeda. Troço rodoviário que estava previsto como contrapartida da instalação da estação de tratamento em Eirol! Não sei se é concretização desta promessa, dado que é está previsto ser totalmente pago, totalmente pago, pelo Orçamento de Estado. Mas fica a pergunta.

Quanto ao pavilhão desportivo, o pavilhão penso que não será só desportivo, mas de alguma forma multiuso na cidade. É uma necessidade, vamos pugnar para que desta vez se consiga uma maior vivência e utilização do que lá está.

E vamos pôr na ordem do dia a eliminação das portagens na A25 e A17 para acesso ao polidesportivo. Não faz sentido que a cidade para ir ao seu polidesportivo tenha de pagar pelo menos uma portagem. Esta é absolutamente absurda e é necessário que desapareça.

É evidente que defendemos que desapareça não só essa, mas todo este percurso em Aveiro das antigas SCUTs.

Quanto à habitação social sei que a Câmara aponta muito para o papel dos privados nesta área, neste ramo, mas de qualquer forma nos dinheiros públicos está só previsto 0,4% do total para habitação, quando no ano passado eram 2,2%. Bem sei que o universo não é o mesmo, mas a diferença existe. A diferença relativa existe.

Quanto à preocupação Ambiental. Eu queria, não posso deixar passar a oportunidade de perguntar à Câmara como é que é com os barcos tradicionais elétricos? Quando é? O Senhor Presidente não tem respondido a esta questão das últimas vezes que tem sido perguntado. Não faz sentido esse investimento estar parado há anos. Se não houver resposta da Câmara vamos perguntar à União Europeia o que é que se passa com este investimento que está ali e que ano após ano, se diz aos turistas que vão ser elétricos e eles continuam a diesel. Para já, disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite Senhores presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhores vereadores, deputados municipais e restante público presente. Portanto, este Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro tem um valor recorde de 170 milhões de euros. Alavancado por dois investimentos grande dimensão que são, a execução do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, com financiamento de 22 milhões apoiado a cem por cento no PRR e a construção do pavilhão desportivo/oficina que ronda os 19 milhões de euros.

Depois diz-se que o valor previsto para as despesas de funcionamento da autarquia em 2024 é de 38 milhões de euros. Isto comparando com o Orçamento anterior, as despesas funcionamento do ano passado foi de 36 milhões de euros.

Portanto há aqui um acréscimo de 2 milhões de euros em despesas de funcionamento, que eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara desse cabal explicação. Isto parece pouco, mas depois, por outro lado, vamos dizer por exemplo que 2 milhões de euros para a Cultura seria muito dinheiro. Portanto, isto é tudo muito relativo, portanto gostaria que me explicasse o porquê, a que se deve este aumento de 2 milhões de euros nas despesas com o funcionamento relativamente ao ano anterior.

Relativamente à habitação, nós sabemos, na ultima sessão extraordinária o Presidente da Câmara disse e muito bem, que Aveiro está a crescer. Portanto, vamos continuar a apoiar a população está a aumentar, portanto a habitação é obviamente um problema premente que se coloca. Notamos que realmente na nas grandes Opções do Plano de 2024, nota-se uma maior preocupação da Câmara com problema da habitação. Dedicou mais de duas páginas comparativo a uma página no nas Grandes Opções do ano anterior.

Depois, na secção da habitação, subsecção F, desenvolvimento de habitação normal, na página 27, diz que um dos planos de ação da autarquia para 2024 consiste na manutenção do desenvolvimento de uma gestão de licenciamento diligente, no âmbito da gestão da divisão de gestão urbanística da Câmara Municipal de Aveiro!?! Ora nós temos algumas queixas municipais que se queixam que demora muito. A Câmara demora muito a responder a pedidos de licenciamentos e pedidos de informação prévia. Isto são dados do Instituto Nacional de Estatística, de facto, em 2022, Aveiro fica atrás de outros municípios de

dimensão semelhante na questão do número de licenciamentos. E a questão que nós colocamos é se será este um problema de escassez de técnicos na análise dos processos de licenciamentos, será? Eu gostava que se me pudesse responder cabalmente a uma pergunta que é, se tem ideia aproximada, do número de licenciamentos que já foram analisados pela Câmara Municipal de Aveiro desde o início deste ano e quantos técnicos é que têm a analisar esses processos?

Portanto, tendo em conta a questão da urgência do problema da habitação não seria oportuno a Câmara, eventualmente, contratar mais arquitetos para acelerar os processos de licenciamento. É uma questão que deixamos.

Depois temos um ponto, relativamente à questão da política municipal do multiculturalismo. Portanto, nós notamos com satisfação que a secção de política municipal de multiculturalismo se resume com parágrafo genérico. Portanto parece demonstrar que este executivo também não acredita muito nas vantagens do multiculturalismo. Portanto acreditará um bocadinho mais que o Partido Chega, mas também não acredita muito nas vantagens do multiculturalismo. Vemos com alguma satisfação esse facto. Relativamente em termos de comentários gerais, portanto, nós reconhecemos à Câmara a capacidade de fazer muita obra e congratulamo-nos com a descida do IMI. No entanto, continuamos a ver os outros impostos todos em valores máximos, mas globalmente devemos abster-nos na votação. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

“Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanham. A análise das GOPs é um exercício interessante, pela comparação com os planos e orçamento de ano para ano que vão acontecendo. Não tanto pelas diferenças ou novidades, mas porque percebemos as diferenças de prioridades do executivo, bem como são entendidas terminadas matérias em relação às diferentes forças políticas e em relação a alguns membros da nossa sociedade. Percebemos isso quando na área do ambiente é uma prioridade, lutar pela redução dos valores das taxas de gestão de resíduos. Compreendemos que com a pandemia houve um aumento bastante significativo de encaminhamento de resíduos para aterro, bem como uma série de outras dificuldades inerentes à situação epidemiológica, que fizeram disparar os custos com esta rubrica. No entanto, relembramos que, desde 2014 é do conhecimento público que esta taxa iria crescer anualmente.

Mais, sabe-se que, desde 2020 existem metas para implementação de recolha seletiva de Bio resíduos, têxteis, resíduos de mobiliário e resíduos perigosos. Sendo que só a fração de recolha de resíduos poderia representar uma redução de 30% do lixo doméstico para aterro.

Se o presidente da Câmara Municipal de Aveiro disse-se que este modelo é frágil e coloca muita pressão financeira na Câmara Municipal de Aveiro para garantir o tratamento dos resíduos aí nós concordávamos. Realmente quem gera mais resíduos devia ser responsável pelo seu tratamento. Da mesma forma, quem faz uma boa separação dos seus resíduos deve vir a ser beneficiado por isso. No entanto, por questões de privacidade e de higiene, não é possível no nosso quadro legal imputar aos cidadãos, os custos da quantidade e da qualidade dos seus resíduos de forma individual.

Mas existem outras formas. É preciso desenvolver essas cadeias, bem como sensibilizar os cidadãos. E se calhar é nesse ponto que a Câmara Municipal de Aveiro falhou e continua a falhar. É por isso que as taxas de resíduos são tão importantes. As taxas de resíduos devem ser altas, muito altas até. A redução de resíduos deve ser uma das prioridades mundiais. E isso tem de chegar aos cidadãos de alguma forma, quer seja através da consciencialização ou através do impacto na sua carteira.

Sem esse trabalho, baixar as taxas de resíduos só servirá para aumentar ainda a sua produção e sem gerar grandes incentivos à sua redução, reutilização e reciclagem. Os antigos 3 erres. E isso sim virá a ser insustentável ambientalmente.

No que diz respeito à gestão das águas, nada a dizer. Compreendemos perfeitamente o entendimento da Câmara e por que é que é preciso isso ser feito. No entanto, achar que estes dois pontos devem ser o destaque ambiental achamos que é exíguo. Porque há muito mais para dar destaque e a priorizar. Por esse motivo é assustador ver a Câmara Municipal de Aveiro fazer estas referências. Mas da mesma forma percebemos as diferenças nas políticas e nas prioridades e porque tão pouco é feito nesta área.

Note-se que a verba para a proposta para a Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza é de 282.340€, correspondente a 0,34% do Orçamento para 2024.

Em 2023 foi 282.765€, correspondendo a 0,56% do Orçamento. Ou seja, num orçamento de uma dimensão recorde, a rubrica correspondente ao ambiente perde 425 euros. Se houvesse dúvidas quanto à relevância do tema estes dados esclarecem-nos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro ainda não percebeu que cada euro investido em proteção ambiental pode render 3 vezes ou mais, esse valor. Bem como o bem-estar de longo prazo da população.

Lamentamos ainda que não tenha sido compreendido o valor do tema, muito mais do que o seu custo. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, saudar todos os presentes. Este documento é o espelho de opções ideológicas. Mais do que estarmos a discutir verba da rubrica x ou y, acho que devemos também fazer uma avaliação sobre o que é que este documento representa em termos de preferências, opções, prioridades e não prioridades da Câmara Municipal.

Na verdade, é essa a perspetiva que nós temos quando discutimos estes documentos. E o Senhor Presidente sabe disso. E quando nós olhamos para este documento, não obstante haver uma redução do IMI, que vai ao encontro daquilo que tem sido a nossa posição, não é suficiente, mas vai ao encontro da nossa posição. A verdade é que, em termos de fiscalidade, em termos de cobrança de impostos a Câmara de Aveiro continua a bater recordes.

Se formos comparar, fazer um exercício de comparação entre a governação pré Ribau Esteves, pré Aliança com Aveiro, nós temos uma receita de IMI em 2013 na ordem dos 10 milhões e agora para 2024 temos uma previsão de praticamente o dobro de 19 milhões.

Portanto existe um esforço de cobrança de impostos bastante elevado por parte deste executivo. No abstrato a cobrança de impostos não é negativa, depende onde é que esses impostos incidem, qual é o papel de redistribuição de riqueza que essa arrecadação de impostos tem. E nesse fator, do que é que fazemos com os impostos é de salientar, fazemos aqui um escrutínio das opções da Câmara. Porque na verdade, se nós fizermos esse exercício, este esforço fiscal enorme que o executivo obriga os aveirenses e para fazer algum incremento de serviço público no município? Os municípios neste momento têm mais serviço público do que tinham antes? A verdade é que não tem. E não tem por vários motivos, que não são deste orçamento na verdade, são opções de longo curso da Câmara Municipal, exemplo a concessão dos transportes públicos, a opção da Câmara Municipal a entregar a gestão de resíduos a privados, quando poderia ter uma opção diferente. Poderia criar uma opção pública, podia até ambicionar a soluções intermunicipais, mas não faz isso. Nós temos aqui uma política, como disse até o líder do seu partido, uma política de impostos no máximo e serviços públicos no mínimo. Essa é também uma das ideias centrais

que o Bloco de Esquerda traz sempre aqui quando discutimos este assunto. Mas esta tem sido uma das suas marcas.

No que respeita à habitação, por exemplo, que é um assunto que tem ganho saliência no debate por razões evidentes, porque a habitação neste momento é um dos fatores principais de empobrecimento de muitas pessoas no país e Aveiro certamente, e como já foi aqui referido, a verba que é adotada ou percentagem da verba que é adotada neste orçamento para habitação face ao bolo é exígua, é mínima, é residual. E, portanto, é neste confronto entre a retórica e os atos que muitas vezes se descobrem as lacunas. A verdade é que a Câmara Municipal Aveiro faz isto por opção.

A Câmara Municipal de Aveiro por motivos variados, têm saúde financeira e tem capacidade de investimento e não faz. Não o faz naquilo que é central na vida das pessoas, que é a habitação. E há muitas formas de fazer esse investimento na habitação, até pode recorrer instrumentos criados pelo Governo central. Municípios aqui perto do nosso o fizeram com sucesso variado, mas eu tenho a certeza que os técnicos da Câmara Municipal teriam capacidade suficiente para agilizar esses processos. Mas a verdade é que a Câmara Municipal de Aveiro recusa-se a fazer esses investimentos, apesar da retórica. Pronto, é um sinal e nós nesse sentido, em termos de sinal, acompanhamos essa preocupação como bem sabe. O problema é que depois é preciso ter políticas para isso.

E tendo em conta essa capacidade que eu referi de investimento que a Câmara tem, achamos que a Câmara faz muitíssimo pouco no que toca este problema. Mas a verdade é que estes impostos vão para algum lado. Esta receita vai para algum lado.

E aqui entra a segunda fase da etapa da avaliação que nós fazemos do Orçamento para 2024. O que nós vemos e isto mais uma vez quase parece a cassete e o Senhor Presidente sabe que é esta a nossa perspetiva. A política pública da Câmara Municipal é acima de tudo orientada para alavancar investimento privado imobiliário através da sua política de urbanismo, requalificação urbana, etc. Há um investimento muito grande na requalificação urbana que, na verdade, tem essa preocupação por excelência, que é até que ponto é que nós conseguimos aqui valorizar os ativos imobiliários privados. Nas palavras do Senhor Presidente em Aveiro nunca se ganhou tanto dinheiro como hoje em dia. E tenho a certeza se atualizar essa frase sua de 2019 se a atualizasse agora, poderia repetir. Não dizia em 2019 ganhou-se tanto dinheiro, dizia em 2023 ganhou-se como nunca se ganhou!

Acima de tudo é porque existe esta política da Câmara Municipal que é espelhada aqui neste Orçamento, que é focado nesta arrecadação de impostos, muito agressiva, sem correspondência de incremento de serviço público, um serviço público de proximidade, variável, etc, mas sim para a requalificação urbana com um foco, com uma orientação de investimento privado para atrair investimento privado, para potencializar o investimento privado, para alavancar o investimento privado. Essa opção nós não acompanhamos. Este Orçamento é repetição dessa opção e, portanto, obviamente, nós não vamos poder acompanhar e vamos obviamente reprovar este documento.”

Vogal Joana Oliveira (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos os que nos acompanham através das redes sociais. A Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro para 2024. O CDS considera que este é um Orçamento de transparência, rigor e continuidade políticas de obras, programas, que valida as escolhas que os aveirenses têm vindo a fazer nas eleições autárquicas. Devido à dimensão de muitos investimentos que torna impossível a sua conclusão dentro de um ano civil, o investimento municipal continua a demonstrar um carácter plurianual. Diria que, face à conjuntura que se vive a nível

mundial, não se previa para 2024 ano fácil para as contas da Câmara Municipal de Aveiro, devido sobretudo à contínua instabilidade dos preços de muitas das matérias-primas necessárias para a prossecução dos investimentos previstos. Acresce igualmente a notícia da queda do Governo com a conseqüente marcação de eleições legislativas para Março do próximo ano e a incerteza que tal situação trará ao desenvolvimento da atividade governativa.

2024 será um ano em que destacamos de entre as muitas realizações que a Câmara Municipal se propõe efetuar, Aveiro Capital Portuguesa da Cultura, aumento da oferta da Aveirobus, início da execução das competências no âmbito da descentralização na área da saúde, início das obras do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, início da construção do novo pavilhão desportivo municipal, continuação de ampliação e requalificação de diversos estabelecimentos de ensino e lançamento dos concursos da tão necessária qualificação do Conservatório de Música de Aveiro, da nova Escola Secundária homem Cristo, início da obra da Unidade de Cuidados de Saúde em Nossa Senhora de Fátima.

O CDS confia que a Câmara Municipal de Aveiro vai levar a bom porto uma gestão financeira equilibrada, rigorosa e ambiciosa, transparente, de proximidade. Confiamos no elevado nível de investimento em projetos, obras e eventos. Confiamos numa capacidade reformista que estruture de forma mais capaz, alguns serviços públicos importantes para a vida das pessoas e das empresas, nomeadamente ao nível da mobilidade. Por todos estes motivos, votamos favoravelmente a proposta apresentada.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Muito obrigado senhor Presidente, boa noite. Cumprimento todos os presentes aqui e aqueles que nos assistem via remota. Eu confesso que fui apanhado de surpresa, ou seja, o ao fim de ter passado por 14 ou 15 GOPs, quando olho para este documento, não digo que já não tenha visto coisas semelhantes.

Orçamentos muito elevados, de difícil execução, fruto na altura de uma baixa de receitas. Eu já explico porque foi apanhado de surpresa. Olhando para a vertente qualitativa, o Senhor Presidente já conhece, enfim, a opinião do Partido Socialista, obviamente que há um conjunto de obras que eu diria que são inquestionáveis e que são, obviamente, de grande utilidade para os aveirenses no seu todo, não todo o concelho. Mas diria também que há um conjunto de obras que, na nossa perspetiva, são de utilidade questionável.

Obviamente que respeitamos. Eu poupo alguma dialética, porque já sei que, enfim, o discurso somos maioria, ganhámos as eleições, estou completamente de acordo, nós respeitamos democraticamente a opção dos aveirenses por três vezes e, portanto, quanto a isso nada. Mas isso não nos retira o espaço que temos para pugnar por aquilo que acreditamos.

E, portanto, do ponto de vista qualitativo, eu diria que há aqui um conjunto de questões que corroboramos, mas outras nem por isso. Mas é esse o critério de quem as executa. Já do ponto de vista qualitativo, confesso que a minha supra surpresa advém deste encaixe de fazer um empréstimo.

Olhando para o orçamento de 170 Milhões, grosso modo, nós temos aqui em números redondos sensivelmente 50% de receitas correntes. Eu estou a admitir que as receitas correntes consigam ser executadas sem grande sobressalto.

E depois temos mais aproximadamente 45 milhões de receitas de capital! E aqui sim, há sempre alguma hipótese de a coisa não se concretizar, porque há variáveis que não estão inteiramente sob o domínio do executivo. Disse-nos que transita um saldo de aproximadamente 36 milhões, somando estas parcelas todas, diria então que chegámos quase aos 170 Milhões.

E, portanto, o meu espanto, advém do facto de o porquê neste momento, e até de acordo com uma trajetória que vinha a percorrer ao longo dos seus últimos mandatos todos de reduzir o endividamento da Câmara, a questão que se coloca é, objetivamente, o porquê da necessidade de contrair um empréstimo?

Segundo percebi, será entre 20 a 30 milhões, esgotando assim a capacidade de financiamento da Câmara se o fizer em 2024, de acordo com a lei e de acordo com aquilo que o Presidente escreveu no documento.

Portanto a questão é porquê? Ou seja, quase repetiria uma pergunta “qual é a pressa”. E, portanto, basicamente eu diria que poderia encontrar uma razão, poderia deixar para a segunda parte da minha intervenção, mas gostaria de ouvir de viva voz o porquê da necessidade do Senhor Presidente estar a executar contrair um empréstimo. Não é que eu seja de todo contra o recurso a capitais alheios para investimento, depende do tipo de investimento. Portanto, aliando esta segunda parte da intervenção à parte da intervenção inicial, diria que, de facto, constato com alguma surpresa este montante elevado de investimento, sendo certo que, atendendo até um conjunto de fatores que foram aqui invocados, nomeadamente contexto nacional e contexto internacional, mandaria talvez mais a prudência que a coisa fosse relativamente mais contida.

Até porque o mandato que o senhor presidente preside aproxima-se do fim e, portanto, diria que talvez fosse conveniente dentro do exercício orçamental, apresentar aqui talvez uma velocidade mais reduzida na execução de algumas obras, sob pena de elas não arrancarem atempadamente de forma a podê-las concluir dentro daquele que é o seu reinado.

Não é que isso não seja bom para quem vem a seguir. Mas não é que isso não seja, obviamente, salutar, porque as obras obviamente não são do dos executivos, mas são do município e dos munícipes que usufruem delas, mas diria que talvez recomenda-se alguma prudência, mas eu percebo e enfim, gostaria de o ouvir sobre estas considerações, reservando-me eventualmente para uma intervenção complementar. Muito obrigado

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia cumprimentar os presentes e quem nos assiste em casa. Estamos aqui para analisar as GOPs e Orçamento para 24. Estas GOPs e o Orçamento para 24, para o PSD, são um documento de continuidade. Compromisso com quem nos elegeu, compromisso com o programa eleitoral da Aliança com Aveiro, compromisso na transparência, rigor, capacidade projetar, planear, executar.

Cumpra também os compromissos assumidos pela equipa da Aliança com Aveiro e os cidadãos aveirenses que em nós confiaram em todas as freguesias na Assembleia e na Câmara. Há 10 anos, iniciámos este percurso com um rácio, Dívida/Receita superior a 3.5 com 150 milhões de dívida.

Hoje, consolidada a recuperação financeira feita e a capacitação organizacional da Câmara Municipal temos um rácio da dívida inferior a 0.5 com uma dívida de cerca de 50 milhões de euros.

Repito, neste percurso, que alguns não querem ver, diremos sem demagogias que Alberto Souto deixou 250 milhões de dívida. Élio Maia 150 milhões. Com Ribau Esteves ao fim de dez anos temos 50 milhões, com um serviço de dívida bancária de 4,7 milhões de euros anuais.

Este é mais que motivo para todos votarem favoravelmente este documento. Mas lá iremos. Após a pandemia como a guerra na Ucrânia provocada pela Rússia, com uma guerra comercial entre Estados Unidos e a China, uma crise energética, agora também uma guerra no Médio Oriente, tudo implica custos acrescidos em muitos setores, como nas obras, a

escassez de mão de obra e um aumento desenfreado do seu custo. É neste ano de 2024 que a Câmara Municipal de Aveiro apresenta um Orçamento recorde, consubstanciado em receitas e gestão capaz, na linha de condução que é da Aliança com Aveiro. Cumprir encargos e dívidas financeiras, pagamento atempado dos encargos correntes, investimento forte. Investimento como nunca se fez em Aveiro para vem de Aveiro e dos aveirenses e de quem nos visita.

Em 2024 vamos continuar a apostar na Cultura, na Inovação, na Mobilidade. Vamos ter o Aveiro/Águeda, vamos ter a nova escola em Nossa Senhora de Fátima, vamos ter Aveiro Capital Portuguesa da Cultura. Vamos ter mais investimento no Tech City. Na mobilidade vamos ter na Aveirobus mais carreiras, melhores carreiras, mais ciclovias, mais largos passeios. Vamos ter o “Salicórnia” em São Jacinto. Mais parques de estacionamento periféricos e estacionamento mais caro nas zonas centrais.

Vamos continuar a lutar pela requalificação e expansão do Centro Hospitalar Baixo Vouga, pelo novo Tribunal de Aveiro, pela entrega ou venda dos terrenos da Lota e da baía de São Jacinto, requalificação dos bairros do Griné. É uma vergonha o que está a ser feito pelo IRHU. As pessoas merecem mais e melhor. Pelo fim das portagens entre Angeja e Quintãs, para a criação da circular externa de Aveiro.

Vamos continuar a qualificação da habitação da Câmara Municipal. Vamos continuar a incentivar a construção de habitação a custos controlados. Na descentralização vamos continuar o muito bom trabalho até agora feito na área da Cultura, na Educação, na Ação Social, e nas áreas da Saúde. Lamentando que o Governo consiga levar a cabo a descentralização nas áreas portuárias, nas estradas nacionais, na habitação e justiça.

Na área financeira temos um Orçamento de 170 milhões de euros. Com encargos de funcionamento de 37 milhões, com serviço de dívida cerca de 5 milhões. O que nos diz da boa gestão deste executivo e desta maioria. Melhor ainda, com um Orçamento de 170 milhões o serviço de dívida bancária e de 4,7 milhões, tem um encargo de 2,7%.

Essa é a realidade da Câmara Municipal, tem um esforço de dívida bancária de 2,7% no seu Orçamento. Este Orçamento é muito bom. Algo que devia fazer ver que todos votassem favoravelmente este Orçamento.

Estas GOPs para 2024, permitem uma aposta na Educação de 17,6 milhões, na Cultura 15 milhões, na qualificação Urbana 22,3 milhões, na qualificação Viária 39,2 milhões. São mais do que motivos para todos votassem favoravelmente este o documento, mas lá iremos.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, o Executivo, todos os presentes e as pessoas que assistem através das redes sociais. Esta é uma sessão de uma importância extrema, porque estamos aqui a refletir sobre a questão das GOPs e do Orçamento de 2024. E uma vez mais, vamos bater o recorde do ponto de vista do Orçamento desta Câmara Municipal. Há dimensões que eu acho que há pessoas aqui na oposição que ainda não perceberam a lógica daquilo que se passa em Aveiro! Este Orçamento e todos os que têm vindo desde 2013, assentam num pressuposto de base que é o compromisso eleitoral. É uma coisa que hoje já ninguém está habituado, que é haver um Partido, um projeto político, que se apresenta a eleições com um programa e que tem esse programa como seu guia e seu designio do ponto de vista daquilo que é o cumprimento do pacto eleitoral que faz com os eleitores numas eleições.

E, de facto, é isso que tem acontecido desde 2013. E o que se está a verificar aqui é uma sequência natural de todo esse trajeto iniciado em 2013. Obviamente, muito sacrificado no primeiro mandato por uma situação já referida aqui pelo Manuel Prior, extremamente complexa, em que de facto a Câmara se encontrava. E para a qual, Francisco Picado tenho

muita pena que esse tipo de preocupações que acabou de manifestar aqui não as tivessem reproduzido, ou o Francisco ou Partido Socialista. Ah, altura não estava cá! Pois eu percebi. Eu fiz as contas, mas eu referi que ou o Francisco alguém do Partido Socialista não tivessem tido esse tipo de preocupações na altura em que o Doutor Alberto Souto deixou a Câmara Municipal com 250 milhões de euros de Dívida.

Eu recordo, um município como o Porto, quatro vezes maior que Aveiro, atingiu uma situação quase de rutura com 200 milhões de euros, ok.

Portanto este foi um contexto extremamente difícil e que, basicamente, sacrificou o nosso primeiro mandato. E é claro que estamos todos a viver um contexto do ponto de vista internacional e mesmo nacional, que é super, super, complexo. Ainda temos resquícios da pandemia, temos a Guerra da Ucrânia que trouxe uma crise inflacionista brutal, com um custo em termos de obras e mesmo até do ponto de vista fiscal para a Câmara Municipal de Aveiro muito grande e que, obviamente, perturba.

Entretanto, surge uma guerra no Médio Oriente. Há também um processo de desaceleração económica na Europa e em Portugal também. Quem teve atento às notícias recentes, percebeu que a Europa já decresceu o seu PIB recentemente. E, portanto, há o quadro transitório de Fundos Comunitários e, a gravar tudo isto, o Partido Socialista ainda dá mais uma ajuda, que foi a demissão do Primeiro-ministro e que cria um quadro de incerteza e de instabilidade enorme.

Não obstante, a Câmara de Aveiro, com o dinamismo ao qual estamos habituados, apresenta aqui um Orçamento ousado e que é determinado por um conjunto de obras, obras de grande monta, que concluíram e tiveram o seu término no ano de 2023. Refiro-me à Avenida Lourenço Peixinho, ao Rossio que vai ter que estar terminada até 31 de Dezembro, e o projeto do ferry. Foram obras de monta, de grande investimento, e que terminam.

E quase que nasce aqui um novo ciclo do ponto de vista de outras obras emblemáticas, no qual já foi aqui muito bem referido, o Aveiro/Águeda, uma obra de grande dimensão financiada pelo Orçamento de Estado quer pelo PRR. Depois o Pavilhão Multiusos que também segue o seu caminho.

E tudo isto, para concluir, acontece num quadro em que contrariamente àquilo que o João Moniz diz e que o Chega também, portanto os extremos aqui desta sala teimam em dizer, que é os impostos no máximo! Nada disso corresponde à verdade.

O IMI que é a principal fonte receita do município pode ter uma variação. Os municípios podem usar uma variação que vai desde os 0,3 a 4,5. Podendo ser 5 por cento. Nós desde 2016 estamos a baixar. Tivemos que o subir, se se recordam, tivemos o ATU, tivemos o Programa de Ajustamento Municipal fruto da herança do Partido Socialista e, portanto, fomos obrigados a subir o IMI.

Mas esse imposto é a principal receita municipal está a descer desde 2016. Passou de 0.45 para 0.4 e cumprindo mais uma promessa eleitoral do projeto Aliança com Aveiro, vai baixar em 2024 para 0.35.

João Moniz, se a receita no seu todo sobe (e neste caso nem sobe), referiu 19 milhões, mas é de 17 milhões a receita. No ano passado era de 18 qualquer coisa milhões, ok.

Na Receita perdeu-se 1,8 milhões de receita do IMI ok. Mas se no cômputo geral, ao longo dos anos ela tem crescido, não é porque é o imposto em si esteja a aumentar. É porque há mais gente a viver. Há mais projetos urbanísticos. Há mais casas e mais gente a pagar IMI. Essa é a logica percebe.

Agora só para concluir. Referir que, se olharem para o Orçamento, vão verificar que ao nível de Receitas, aqueles impostos que crescem são aqueles impostos que positivos. É o IMT e a Derrama. Isso mostra dinâmica do ponto de vista da atividade económica, o que é benéfico para o município. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁵

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento, na sua pessoa todos os presentes e as pessoas lá em casa. Durante a última década, o princípio base tem sido o mesmo: Transparência, rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os Cidadãos. Mas sobretudo, no seu devido tempo, no timing definido por este executivo, por esta coligação.

Este é um Orçamento que consolida uma nova fase de vida do mandato, com o alívio da carga fiscal aos aveirenses, nomeadamente do IMI, que previsivelmente passará de 0,4% para 0,35% com a votação do ponto 3, sucedendo aos anos de condicionalismo com consequente taxa de IMI que chegou a registar máximos de 0,5% no passado.

Este é o Orçamento que embora com uma gestão em plena autonomia e sem PAM, tem de lidar com inúmeras contingências externas. Permitam-me dizer, que este executivo, já está especialista em lidar com as adversidades e os imprevistos e mesmo assim a consolidação financeira tem continuado, mas o elevado nível de investimento também.

O Orçamento do ano de 2024 é o orçamento do Aveiro Capital Portuguesa da Cultura, de continuidade do investimento na Educação, da continuidade da Qualificação Urbana e Viária, por exemplo. Passados 10 anos, estamos numa fase crucial do terceiro mandato desta maioria. Continuar a gerir a Câmara Municipal com uma gestão financeira rigorosa e transparente, com pagamentos a tempo de horas, com o devido cuidado relativo ao ano de 2024, que na prática vai ser o primeiro ano de execução do Portugal 20/30, com todas as potenciais dificuldades de liquidez inerentes ao início da disponibilização de fundos, acrescendo o facto de o PT20/20 encerrar no próximo dia 31 de dezembro, esta poderá ser uma dificuldade.

Com o percurso feito, existe capacidade de endividamento na Câmara, garantida sustentabilidade pela dimensão da receita, pelo reduzido serviço de dívida anual, cerca de 4,7 milhões de euros e que dentro de dois anos será exclusivamente associado ao PAM. E pela solidez da sua situação financeira, o Orçamento prevê recorrer a financiamento bancário, numa primeira operação para financiar projetos não participadas por fundos comunitários, de cerca de 18 milhões de euros, para financiar os investimentos do novo pavilhão desportivo junto do estádio e da obra de profunda reabilitação do próprio Estádio e uma segunda para financiar projetos participados por fundos comunitários.

Endividamento estruturado a ser realizado para investimento para usufruto dos aveirenses, devidamente enquadrável na situação financeira da Câmara, mas principalmente junto do parceiro correto, a banca.

Diferente de um passado onde não queremos voltar, onde se ficava a dever aos fornecedores. Mas para chegar aqui foi preciso muito trabalho. Fazer a recuperação de uma situação de pré-bancarota, a consolidação da solidez financeira, a racionalização de despesas, gestão de investimento, execução de acordo com a capacidade financeira.

Recordemos que, nos últimos 10 anos, a dívida passou de cerca de 150 milhões para cerca de 50 milhões de euros, passou a ser um terço do que era.

Para terminar. Em 2024 vamos iniciar a segunda metade do mandato, mas novamente num enquadramento macroeconómico bastante complexo e difícil. Com um novo Governo, transição do quadro de fundos comunitários do Portugal 20/20 para o Portugal 20/30.

Este executivo vai manter a gestão que lhe é reconhecida, um elevado nível de investimento, nos últimos 10 anos, foram 682 milhões de euros de investimento executado. Que seja 2024 mais um ano de crescimento deste montante.”

Vogal Arlindo Tavares (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Muito obrigado. Cumprimento o Senhor Presidente e restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, público aqui presente e quem assiste lá em casa pelas redes sociais.

Como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu na última sessão, o ponto das Grandes Opções do Plano e Orçamento é o ponto mais importante na vida autárquica de uma Câmara Municipal ou de uma Junta de Freguesia.

Passado um ano da eleição intercalar para a Assembleia de Freguesia de São Jacinto, hoje pela primeira vez posso discutir este documento e votar. Bem sei que até á pouco tempo era normal as ausências desta votação do presidente da Junta Freguesia de São Jacinto.

Celebramos precisamente no dia 13 de Novembro, um ano que vencemos as eleições em S. Jacinto. Momento em que assumimos o devolver à nossa freguesia uma nova esperança, um novo rumo. Tivemos pela frente 365 dias de desafios penosos, de dívidas, de cobranças, de desânimo, de algum desespero. Os nossos vizinhos cansaram-se de esperar, alguns ate desacreditaram, mas nós tal como no primeiro dia, com a mesma honra, com o mesmo afincamento e com a mesma determinação lutamos todos os dias para devolver à freguesia de São Jacinto a dignidade que merece e que sempre mereceu.

Quando olhamos para este documento, e no que toca às freguesias é de assinalar todos os projetos ora em desenvolvimento ou a iniciar por todas elas. Demonstra que mesmo em ano de transição do Portugal 20/20 para o Portugal 20/30, e bem sabemos que demora um pouco mais a arrancar o inicio de um novo quadro comunitário, este Executivo não para e não trava o investimento porque já provou que quem fica para trás já não consegue recuperar o tempo perdido.

Com estas decisões estratégicas tem conseguido captar ainda mais apoios financeiros do que aquele que inicialmente tinha previsto. Mas gostaria de assinalar os seguintes projetos para a Freguesia de São Jacinto ano 2024: construção da Casa Mortuária; obras em 4 fogos de habitações sociais na freguesia; inicio da primeira fase de intervenção no complexo desportivo nomeadamente das piscinas; Parque Campismo Municipal; o Festival Dunas de São Jacinto — entre outras.

Mas gostaria de destacar principalmente contrato inter-administrativo de delegação de competências entre a Freguesia de São Jacinto e o Município de Aveiro previsto. Uma freguesia como a nossa, com escassos recursos financeiros, para terem uma ideia, este contrato representará mais de 50% da receita desta junta de Freguesia.

Recordemos o descalabro financeiro deixado pela gestão do Partido Socialista, do seu ex-presidente também de seu nome António Aguiar, que deixaram um enorme buraco financeiro nesta junta de freguesia.

Devido a essa situação, a Freguesia de São Jacinto não pode obter esta importante receita devido à quantidade de penhoras a executar sobre as verbas de transferências entre Município e Freguesia.

Este documento aqui hoje apresentado devolve essa esperança e devolve também a normalização da vida da nossa Junta de Freguesia.

Por isso, o ano de 2023 terminará com outro brilho e no ano de 2024 com a assinatura do contrato inter-administrativo de delegação de competências entre a Freguesia de São Jacinto e o Município de Aveiro permitirá que se retomem serviços fundamentais e necessários ao bom equilíbrio económico social e financeiro.

A partir de 2024 a freguesia de São Jacinto retomará o lugar que é seu por direito, um lugar de dignidade, de honra, de pagadora dos seus compromissos. Deixará de ser noticia pelas más condutas, muito pelo contrário... e nós Junta de Freguesia continuaremos a trabalhar afincadamente no sentido de prestar o melhor serviço à nossa população, pois foi

esse o compromisso, repito é o compromisso, que assumimos em 13 de Novembro de 2022 e é esse o compromisso que vamos respeitar até ao final do nosso mandato. Disse.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²⁰

“Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes, bem como todos os que nos ouvem nas redes sociais. Eu ouvi dizer que era o pré Ribau Esteves, ouvi esta expressão e achei caricato. E que era o exercício do Senhor Presidente! Pois é. Temos o pré Ribau Esteves. Há 10 anos que rede viária tínhamos? Que parque escolar tínhamos? Em que estado estavam os nossos edifícios municipais? Qual era a situação financeira da Câmara? Qual a vida associativa da nossa cidade em que estado estava. Qual era o fulgor que a mesma tinha? A vida cultural da cidade. Que vida cultural é que tínhamos? Os bairros sociais em que estado é que estavam no pré Ribau Esteves? A capacidade de captação de investimento privado no pré Ribau Esteves aqui anunciado? A projeção nacional da cidade de Aveiro. Quantas vezes víamos a cidade de Aveiro na televisão? Que investimentos privados vinham para a cidade de Aveiro. Qual era o dinamismo da cidade? Pois realmente é um Presidente, uma equipa, um projeto. Um Presidente, uma equipa e um projeto que tem sido vencedora e que tem sido sufragada por uma cidade e que tem dado frutos. Porque, de facto, a nossa rede viária tem sido requalificada e o investimento continua, continua a rede viária a ser requalificada a olhos vistos. Compreendo que quem tenha estado no estrangeiro não tenha assistido a essa requalificação que tem vindo a ocorrer, mesmo nas zonas não tão centrais, digamos assim, para não utilizar outra expressão. O nosso parque escolar tem vindo a ser requalificado e continua. Não é requalificada todo de uma vez, mas é requalificado paulatinamente e de uma forma ordenada. Nas freguesias dou o exemplo na freguesia de Aradas. Primeiro foi Verdemilho e a seguir foi Bom Sucesso. E agora a seguir será Leirinhas. Todas as freguesias têm o Parque Escolar a ser requalificado paulatinamente, mas continuamente. Depois temos os nossos edifícios municipais que muitos estavam ao abandono. Eu recordo a difícil decisão que foi o executivo da Junta junto com o Senhor Presidente tomar-se a decisão de se fechar ou reabilitar o Centro Cívico de Aradas, porque estava em péssimo estado. Em estado calamitoso e corria-se risco de vida inclusivamente lá dentro. Muitos vaticinaram que nunca seria arranjado, que o melhor era demolir. Foram escritas e derramadas paginas e páginas na imprensa local, fotografias e fotografias. Inclusivamente entraram lá dentro, fotografaram, porque aquilo nunca seria nada na vida. Pois nunca seria nada. É pena. Mas será muito bom em breve assistirmos à quantidade de espetáculos, que estou certa, no Aveiro Capital da Cultura em 2024 vai existir no Centro Cívico de Aradas, que foi vaticinado que ia ser demolido e que lá não iria existir nada, porque era a única solução para o edifício. E, portanto, ainda bem que temos o pré Ribau Esteves e o pós Ribau Esteves 10 anos depois. Disse.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰²¹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰²²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos pela clareza das questões políticas que obviamente ajudam muito ao debate e à leitura clara dos nossos concidadãos por onde vamos e por onde não queremos ir. É muito importante e por isso tenho e agradecer a todos a clareza das posições.

Salavessa, nós escrevemos a todos os partidos, cumprindo a lei, a todos os autarcas, mas propostas zero! Antigamente o David Iguaz, quando era entusiasta socialista, ainda fazia uns ofícios e alguns bem longos, com uma carrada de propostas. Algumas que adotávamos outras não. Agora até já o David já se cansou. Seguramente cansou-se de ser socialista, como já sabemos e mais nada. Podia dizer, mandamos 7 ideias e a Câmara não adotou nenhuma. A verdade é que o PCP assim como toda a gente da oposição ninguém mandou ideia nenhuma.

Obviamente, mandam as regras, temos que fechar o documento, temos que aprovar na Câmara, temos que vir aqui, devia ser bonito fazer um documento aberto, quer dizer. Obviamente é um exercício de dialética o que o meu amigo fez e não passa disso, como é evidente. Propostas do PCP, zero. Eu sei que andam com muitas obras em casa e depois não têm tempo para poder fazer contributos para o Plano e Orçamento.

Uma coisa que é muito importante. As minhas contas são diferentes. O nível de risco direto, (deixem-me dizer assim para não estar aqui com pormenores) da nossa Receita, eu coloco-o num intervalo entre 15% a 20%. Não coloco nos seus 45%. Eu percebi como é que fez a sua conta, mas a minha conta coloco o nível de risco a esse nível. Porque o que há é outro nível de risco daquilo que é a dimensão que está na rubrica “não definidas”. E obviamente aí o risco é mais alto como é lógico. Mas naquilo que está definido na minha conta, o nível de risco é entre 15 a 20%. Mas o seu de 45% eu percebo o seu raciocínio, mas dar nota que discordo.

Depois, enfim, há aqui um conjunto de questões que o Salavessa referenciou e que estamos juntos, da necessidade do Pavilhão Oficina, no combate às portagens na A25 e A17, enfim, uma série de coisas. Eu quero complementar, quando falou de habitação lembrou-me que eu tive uma omissão, que tem a ver com o investimento público, que vocês gostam tanto e eu também gosto imenso, aliás, está aqui uma carrada de investimento público, que é a habitação a custos controlados. Vai ser um investimento direto do IRHU, financiado pelo PRR nos conhecidos terrenos da Luzostela, são 110 fogos. Eu lembrei-me porque ainda ontem houve uma longa reunião dos técnicos do IRHU com os técnicos da Câmara para ultimar o conjunto de questões ligadas ao licenciamento. Já estamos em fase de licenciamento do projeto e, portanto, além daquilo que eu disse há pouco, tenho que dar nota que temos também esta operação que saudamos e temos trabalhado muito bem. Especialmente desde que a nova administração do IRHU iniciou funções que a velocidade do trabalho deles substancialmente. Já esquecemos a Administração de má memória que esta Administração atual substituiu.

Gabriel a maior parte, depois posso precisar a melhor, mas a esmagadora maioria do aumento das nossas despesas de funcionamento, são recursos humanos. É o valor do aumento dos recursos humanos, uma parte, porque em 2023 foi a entrada de um número muito relevante de funcionários e porque temos subidas salariais e bem. Estamos contentes com isso. Continuo a achar que ganhamos todos muito pouco. Mas é aí que está a maior parte. Não sou capaz de lhe dar os dados dos licenciamentos, mas também lhos envio.

Porque normalmente dizemos muitas coisas, o número de registos, o número de processos, o número de licenças de construção, de licenças de habitabilidade, enfim. Temos de ter cuidado com os números para não dizermos asneiras. Há um crescimento global desde 2019 que batemos records de licenciamentos e continuamos a bater. Gabriel dizer com clareza, ouça o mercado, somos hoje uma Câmara diligente, os investidores que fazem trabalho de licenciamento em várias Câmaras dizem-no claramente que não há Câmara como a de Aveiro em diligência e em prontidão e velocidade de resposta. É esta a verdade. Há um ou outro município que tem lá um processo lento? Claro que há. Nalgumas circunstâncias é responsabilidade da Câmara? Admito que sim, mas em regra não é responsabilidade nossa. São situações que em vez de 3 pisos, quer 4. É aquele que em vez

de ocupar 80% do terreno quer ocupar 120%. Enfim, há muitas situações. Nós ainda hoje tivemos uma reunião com um investidor, que é inacreditável, como é que um Plano Pormenor, como é o que aprovámos há pouco tempo, o do Centro, em que está tudo definido do que é implantação, cerca, tudo, tudo, tudo, pois o senhor engenheiro da equipa de projetistas esteve lá discutir, porque queria mais um piso e mais não sei quê, não sei do quê. É evidente, esse vai-se queixar. Claro que se vai queixar. Mas ou mete o projeto a cumprir em absoluto rigor o que está no PP do Centro, ou vai-se queixar, porque vamos chumbar. Portanto é preciso Gabriel ter cuidado. E quando tiver um caso, Gabriel, faça o favor de me enviar um mail, temos todo o gosto de verificar, e informar olhe o processo x, não precisa de dizer o nome da pessoa, daremos toda a informação do que é que se passa com ele. Se for problema nosso resolvemos, se for problema das pessoas, enfim, ajudamos a resolver, mas isso é sempre a nossa postura. Esta é a verdade objetiva e o processo que nós estamos a viver.

No multiculturalismo, a política que estamos a fazer é tranquila, correta, transversal na educação, na saúde, em tantas áreas, é para fazermos aquilo que deve ser feito. Infelizmente, o que o país está a fazer e o Chega tem alguma razão nalgumas posições políticas, é importar à pazada sem cuidar de integração e isso é um disparate grave. Não só para o país e para as terras onde as pessoas querem viver, mas para as próprias pessoas. E, portanto, obviamente, as tristes notícias, enfim, já apareceram muitas delas na televisão, mas a maior parte delas não apareceu, porque obviamente as pessoas procuram obviamente esconder as dificuldades e procuram lutar para as ultrapassar, como é que evidente.

Pedro Rodrigues dar dois ou três números para não estarmos aqui a cansar muito sobre aquilo que estamos a defender nos resíduos com muito sucesso. Em 2014 a nossa taxa de reciclagem era de 7%. Em 2022 foi de 11%. Vamos acabar 2023 com 13%. É um crescimento, embora não tenha aqui o valor absoluto em toneladas, eu não tenho agora os valores, mas também os posso dar. O crescimento da parte reciclável da produção total que nós temos de resíduos é brutal.

Há problemas nos tarifários e o Pedro falou disso. 30% no mínimo do valor que nós pagamos à entidade que nos recebe os nossos resíduos (estamos a falar de valores muito altos) deviam ser os produtores a pagar. Mas estão erradamente na tarifa dos consumidores. Mas o Governo, sistematicamente, porque como os produtores têm grande peso político, preferem atirar culpas para as Câmara e para os municípios e eles que paguem aquilo que os grandes produtores, que em regra são grandes empresas e que têm grandes lucros, e que deveriam pagar, mas o Governo continua a resistir à pressão dos Municípios para resolver o defeito grave, mas até hoje a verdade é que continuamos à espera.

Há processos em curso. Estamos a elaborar o nosso para a PERSU, para nos colocarmos bem naquela devolução da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) que está equacionada ser de 30%, aos municípios que invistam da recolha de bioresíduos, etc. Portanto temos uma boa performance ao nível dos resíduos. Investimos no Ecocentro que já está a dar um contributo. A ERSUC tem aumentado a capacidade de recolha de recicláveis. Lançámos agora o porta-a-porta. Estamos a trabalhar com os Bio resíduos já com valores interessantes ainda que só no canal Horeca, embora não nos podemos despachar muito, porque a ERSUC não está preparada para receber os Bio resíduos todos.

Neste momento se Aveiro e Coimbra meterem lá os Bio resíduos sozinhos, eles não conseguem receber de mais nenhum dos outros 34 municípios que são utilizadores do sistema. Portanto há aqui um crescimento, de nós que recolhemos e da nossa entidade que trata devidamente, não é para meter para o monte do aterro, assim é melhor estarmos quietos e vai para o nosso contentor cinzento em vez de ir para o castanho.

Portanto estamos a trabalhar neste crescimento. Com níveis muito bons de performance, mas obviamente com uma determinação absoluta de prosseguirmos este caminho.

A sua conta, dos valores de investimento no Ambiente são insuficientes. Hoje, as políticas ambientais, muitas das coisas que estamos a fazer no Aveiro Tech City, na qualificação urbana, são investimentos que contribuí diretamente para a melhoria da nossa performance ambiental.

Portanto, não fica com a conta certa, se for só as rubricas onde foi tirar os valores. Estão corretos os valores que deu, mas dizer está aqui o contributo ambiental, não é verdade. Há muitas outras rubricas que tem um contributo ambiental direto. Não estou a falar de coisas indiretas, estou a falar de contributos diretos.

Só uma nota ao João Moniz. Estamos obviamente nos antípodas da ideologia, da forma de viver a vida, de tudo e, portanto, não vamos perder muito tempo com isto, mas apenas dar nota que os nossos impostos não estão no máximo e os nossos serviços não estão no mínimo.

Os nossos impostos já, nomeadamente o IMI, já lá estive no máximo como bem sabemos e os motivos porquê. E os nossos serviços têm tido uma elevação qualitativa assinalável em todas as áreas. Estão no máximo, não. Porque a qualidade de serviço nunca tem teto. É sempre possível fazer um bocadinho melhor. Estamos num nível muito alto, estamos. Podemos e queremos crescer, absolutamente sim. Esta é a verdade. Dizer que os impostos estão no máximo e os serviços estão no mínimo, obviamente é um slogan que pode ter alguma piada, mas que está longe de ser verdade.

Agradecer à Joana Teixeira às várias referencias. E queria deixar nota porque abordou uma matéria que ainda ninguém tinha falado, que é esta aposta dos projetos que também estamos a fazer na Homem Cristo, na reabilitação do Conservatório, e na EB São Bernardo. E arriscamos, neste momento arriscamos 100% do projeto, arriscamos que o Governo atual e o próximo não nos vão desonrar a nós municípios portugueses do acordo que nos garante a 100% de todos os custos que tenhamos nesta operação. Está aqui um risco? Está aqui um risco. Mas quem não arrisca não petisca, como diz o nosso povo.

O próximo Governo pode rasgar o acordo e dizer que não há dinheiro para a EB 2/3, pode. Qual é o nível de probabilidade que isso aconteça, seja qual for o Governo, na nossa opinião, muito baixa, mas é possível. E, portanto, há aqui mais um risco. Mas nós, pelo menos o custo do projeto está assumido. E o nosso objetivo é projeto pronto e siga concurso público para executamos as obras.

Francisco Picado. Eu queria explicar uma coisa e vou ser sumário. Embora, depois lhe possa explicar de uma forma mais cuidada. Vamos ver se consigo ser claro nisto. É a primeira vez que a Câmara Municipal de Aveiro vai preparar a execução de um quadro comunitário como deve ser.

E quando nós agora apresentarmos os números no primeiro trimestre, espero ter os dados todos, do próximo ano sobre a execução do Portugal 20/20 vai ser mais fácil perceber o que eu estou a dizer.

Como é que se joga o jogo. Joga-se o jogo de forma a que logo no início do quadro nós maximizemos a probabilidade de executarmos o mais rápido possível. Porque isso aumenta a probabilidade de no decorrer do caminho, irmos buscar mais. Isto não tem nada a ver com mandatos. Eu sou presidente da Câmara de Aveiro, vou deixar de o ser e, obviamente, quero o melhor para o município de Aveiro e vou fazer o máximo até ao último dia, para que seja quem for o meu sucessor, tenha as melhores condições de ter uma grande performance e ter um grande mandato. Era o que mais faltava eu fazer, como me fizeram a mim, deixar a Câmara de pantanas e quem vier que feche a crise. Negativo. Agora, como é que isto se faz? No PEDU nós assinámos com 10 milhões de euros. Vamos acabar o PEDU com de 15 milhões. Só para lhe dar um exemplo, mas são muitos mais.

O jogo é de forma a que nós entremos com muita força e temos capacidade, e nós neste momento só escolas em execução de obra, que são elegíveis ao 20/30 estão 12 milhões. Quantas Câmaras têm 12 milhões elegível ao 20/30 nesta matéria. Quantas? Depois de darem por aí uma volta ao país digam-me. Isto é uma tática fundamental para que ao longo do caminho do 20/30, que vai acabar em 2029, nós nos coloquemos bem, porque aquilo que vamos contratar ato início, é importante (claro que é), mas é muito pouco para aquilo que nós podemos ir conquistando no caminho.

Esta é uma estratégia fundamental. É a primeira vez que isto vai acontecer. Primeiro porque a Câmara de Aveiro nunca soube gerir o que eram fundos comunitários em condições, com qualidade, com agressividade estratégica. Admito, admito não, posso dizê-lo claramente, nenhum dos meus antecessores era especialista nesta matéria. Nisto é preciso ter jeito para a política, claro que sim. Mas é muito importante saber da matéria. Ter capacidade e lobby no sítio onde é preciso fazê-lo. Mas é preciso saber alguma coisa disto.

E, segundo, nós tivemos um arranque do quadro em 2014. Tivemos já comigo aqui! Eh pá, mas ainda não havia dinheiro para mandar cantar um cego, como se diz na nossa gíria, quanto mais para ter estratégias de investimento alto para poder jogar este jogo. Pura e simplesmente não era possível. É a primeira vez. E vos garanto que é assim que se joga. É assim que se ganha o jogo, para nós chegarmos ao fim em 29 e em vez dos x milhões, vamos tirar partido do reservado ato início, podermos ter mais 50% ou mais 70% ou o dobro. É assim que se faz este exercício.

É evidente que, neste quadro de incerteza, a inserção neste quadro dum empréstimo dá-nos mais segurança para gestão da Receita. Ela pode ser, pode não, vai ser realocada ao longo do jogo. Mas é assim que nós nos preparamos bem para conquistar o mais alto valor possível no Portugal 20/30.

Levamos dois anos desta maioria e deste Presidente, mais os quatro do próximo presidente, e faremos tudo para que possa ter as bandeiras da atual maioria, em razão da qualidade do nosso trabalho e da importância que isso tem para o nosso município, mas isso é uma conversa para um outro espaço. Para que lhe fique claro qual é a estratégia. Mas eu depois tenho muito gosto em lhe explicar noutra reunião ou em privado de lhe explicar em pormenor. É assim que se joga em razão dos ganhos que nós queremos ter.

Capacitámos a nossa Câmara para isto. Conhecemos as regras do jogo e jogamo-lo de forma total e intensa.

Quero agradecer as intervenções do Manuel Prior, do Filipe Thomaz, do Presidente Arlindo, da Presidente Ângela, da Presidente Catarina, mas gostava fazer o ensejo desse agradecimento da focalização que cada um de vocês quis fazer, deixar duas notas principais.

A primeira ao Presidente Arlindo, obviamente, de o saudar e do gosto que foi essa grande vitória em primeiro lugar, que é da razão, é da verdade, é da transparência, é de quem governa bem e acabar a mentira. E custou-nos tanto acabar com aquela mentira. Aliás, nós acabámos com uma mentira violenta que havia no PSD de Aveiro, acabámos com uma mentira violenta que havia na Câmara de Aveiro, acabámos com uma mentira hiper violenta que havia na Junta de Freguesia São Jacinto. É uma das nossas especialidades. Nós queremos uma governação verdadeira, transparente, séria, e não queremos saber quem é que estava atrás. Queremos saber quem é que está à nossa frente.

E à frente estão os nossos cidadãos, para servir os com qualidade, rigor, transparência, porque esta não é a nossa casa, esta casa de toda a gente. Apenas nós temos a responsabilidade nas nossas Juntas, na nossa Câmara, temos momentaneamente a responsabilidade de gerir a casa que não é nossa, é de toda a gente, como é evidente.

E queria deixar esta saudação e a partilha, não tanto de esperança como o Presidente Arlindo fez, mas da certeza absoluta que 2024 é o ano de regresso pleno da Junta de Freguesia São Jacinto à equipa que já somos, mas ainda não temos a Junta de Freguesia no exercício pleno. Mas para lá estamos a caminhar e um dia destes falamos sobre isso. Assumi o compromisso de explicar a questão do Aveiro/Águeda de porquê era 40 milhões e agora é 130 milhões.

Ponto um saudar o Governo do Partido Socialista, saudar o Ministro Pedro Nuno Santos, pelo facto de terem inscrito com 40 milhões no PRR para o Aveiro/Águeda. É evidente que o PRR foi feito à bruta e à pressa. A memória histórica é muito importante. Além do senhor Ministro Pedro Nuno Santos, também é um decisor, ou foi, um decisor muito abrutalhado. Tudo ali ao monte e fé em deus. Eu que fiz reuniões com ele sei bem a dificuldade que foi reunir com ele. Boa gente, bom rapaz, disponível, mas tratar dos assuntos, estar na reunião a tempo, e resolver os problemas, tá quieto ó maria! Ainda por cima, aquele Secretário de Estado que ele teve, ainda pior! Aliás, ficou conhecido por publicar num longo artigo no Público que “os pássaros não são estúpidos”. Mas resolver problemas tá quieto ó maria, nada aconteceu.

E, portanto, deixar esta nota absolutamente clara do mérito e da insuficiência ao mesmo tempo. Mas foi muito bom, foi muito bom. O que é que aconteceu? Os 40 milhões aparecem por causa de uma estimativa grosseira que o atual IP tinha feito num projeto que começou em 2005 e acabou em 2008.

E essa estimativa era de facto muito grosseira na abordagem da própria obra em si. Não tinha terrenos, não tinha projeto, não tinha cálculos minimamente rigorosos nas obras de arte, etc, etc, etc. Só nisto o valor duplicou. Multiplicou-se por 2.5 ou seja. Depois há uma realidade adicional a isto, mas a maior parte do crescimento é isto que eu acabei de dizer. Depois há uma outra parte que são os custos de hoje. São muito superiores aos custos dessa altura de 2005 a 2008 e, portanto, é aqui. Ninguém se derrapou, ninguém está a inventar despesas adicionais, pelo contrário. Em várias soluções técnicas da obra ela está bem mais barata. Já não há passagens desniveladas em tudo quanto é lado, substituímos muitas delas, nomeadamente 4 por rotundas. Já não há “enterramento” da via a 8 metros de profundidade, que são coisas absolutamente caras.

O atravessamento na A17 já não é um viaduto novo, aproveitamos o viaduto existente do nó Oliveirinha/São Bernardo. Portanto foram encontradas várias soluções no projeto que o tornam mais barato. Mas aquilo que eu acabei de dizer é que justifica esta diferença.

A gente lê isto e ficamos todos muito assustados, não é. Mas não é de assustar nada. Há apenas que olhar à realidade de por que o número inicial é aquele e este, é este.

A verba do PRR são 40 milhões. Ela vai ser adicionada em cerca de 18%, embora falta fechar formalmente. E o valor restante que vai acabar por ser a maior parte, é assumido pelo Orçamento do Estado, no quadro do acordo, não só da Câmara de Aveiro, porque o acordo não é só da Câmara de Aveiro. É o acordo da ANMP com o Governo. Porque isto não aconteceu só na nossa estrada, há várias outras. Porque isto é um problema nacional.

As IPSS a queixar-se que o dinheiro do PRR não paga 100% dos equipamentos sociais. As Universidades a queixarem-se que o PRR não paga 100% das residências. Há mais. Mas nós, obviamente, além de trabalharmos tudo, como é evidente, esta matéria que, em regra, há uma outra exceção, as obras do IP que envolve Câmaras municipais, foi trabalhado com particular acuidade. Para a semana temos uma reunião só para tratar do Aveiro/Águeda. Esta semana tivemos uma. E na última semana de novembro todas as Câmaras Municipais temos uma reunião com o IP e com o PRR e com a Ministra da Coesão, para tratar este grupo. Porque tentámos, o Governo tentou, na reprogramação do PRR que estes custos a mais da base que estava negociado fossem assumidos pelo PRR, mas a Comissão Europeia não aceitou. Apenas o acrescento de 18% porque tem uma explicação técnica.

Portanto, tomou o Governo a decisão, com a qual nós obviamente concordamos, houve algumas desistências, como sabeis. No caminho, o quadro inicial de obras desta tipologia, estradas e pontes foi reduzido no caminho, mas fechado o grupo mais pequenino, foi feita esse acordo que, obviamente, esperamos que seja honrado.

Está também aqui um nível de risco, porque o valor da receita que aqui está, provém das 2 fontes PRR e Orçamento do Estado. O próximo Governo pode rasgar tudo, voltamos à conversa de há bocado, quando estava a falar das questões das Escolas.

Mas obviamente, entendemos que são acordos que tem um peso institucional, uma importância para o país, e que não serão rasgados por ninguém, como é evidente.

Portanto gostava de cumprir o compromisso que assumi em Cacia e, enfim, a matéria está aqui explicada toda direitinho. Como é evidente, neste nosso Orçamento só está metade, porque a outra metade está no Orçamento da Câmara de Águeda. Como sabeis, esta operação está dividida em tudo a meio, entre as 2 câmaras municipais em termos orçamentais e em termos de trabalho não, porque temos o IP e a nossa empresa projetista a trabalhar na equipa e, portanto, é neste quadro está a justificação com todo o rigor, com toda a seriedade que o processo tem, como não podia deixar de ser. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Bem, temos mesmo que fazer a pergunta no Parlamento Europeu, através do deputado do PCP Parlamento Europeu, sobre qual a razão por que não avança o transporte turístico com barcos eletrificados.

De qualquer forma, apenas para terminar, tratam no Plano a requalificação do Museu de Aveiro e do acompanhamento do processo de canonização da Beata Joana de Portugal! Esta questão misturar questões religiosas com as questões municipais, não me parece a mais adequada. Nós estamos à espera da canonização desde 1693, são 330 anos à espera, não sei como é que a Câmara possa agora acelerar este processo. E já que está a tentar intervir, pode também aproveitar para lançar o Movimento para a canonização do Beato Gonçalo de Amarante, que também merece. Pronto, avance para isso.

Queria sublinhar ainda que na questão da Cultura são apontados alguns megaeventos ou eventos importantes e as Festas do São Gonçalinho estão diluídas num ponto, que é as Boas festas em Aveiro, não ter tanto de forma autónoma. Fazendo a velha pesquisa pelo contador de palavras no documento, a palavra Gonçalinho só aparece uma vez nas GOPs e é exatamente nessa frase. Penso que esta Festa tradicional é uma das Festas mais marcantes de Aveiro, que se integra muito bem na perspetiva da Cultura, Capital da Cultura 2024 e que é uma festa que cada vez traz mais gente a Aveiro e tem características que são únicas no país.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“O Senhor Filipe Tomaz deturpou aquilo que eu disse. Já o ano passado usou a mesma estratégia. Portanto, o que eu disse foi, congratulamo-nos pela descida do IMI. No entanto, lamentamos que os restantes impostos estejam em valores máximos, isto é factual. Portanto a Derrama máximo por lei é de 1.5 e está em 1.5. A Participação Variável no IRS por lei é de 5% está em 5%. Taxa de Direitos de Passagem por lei é 0.25, está em 0.25%. Portanto se isto é factual. Portanto não há aqui nenhuma inverdade,

Relativamente à questão do multiculturalismo só fazer um comentário. É assim, nós não somos contra imigração. Nós precisamos de imigrantes. Mas nós temos de assegurar que eles se aculturam a nós. Portanto não somos nós que nos devemos adaptar a eles. Portanto,

eles têm de se acultura nós. É evidente que depende da origem deles, porque há uns que têm muito mais facilidade em fazer isso do que outros. E, portanto, é isto que nós defendemos. Eu, para mim é uma matéria onde eu até sou muito sensível, sou muito sensível, porque eu vivi 7 anos da minha vida no estrangeiro. Em Inglaterra sobretudo, mas também nos Estados Unidos. E eu percebi muito bem o caldo cultural e qual é o caminho que aquilo está a levar. Portanto nós não estamos a perceber que a instabilidade atual que há na Europa, em países como a França, Bélgica, Inglaterra, só para referir alguns. Inclusive, agora, recentemente, a Ministra do Interior Britânica até foi demitida porque teve a coragem de dizer que o multiculturalismo está a falhar.

Portanto nós temos que ter cuidado com isto. Portanto acolher imigrantes sim, mas tem de ser uma imigração que se consiga aculturar a nós e ver que condições lhes damos. É só isto que eu queria esclarecer para que não haja dúvidas sobre a nossa posição. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Fazer também um esclarecimento. Nós quando dissemos que a cobrança de impostos estava no máximo, não nos referíamos às taxas, nós referimo-nos aos valores. É verdade que eles já desceram em termos do IMI. No entanto, continua a ser o valor mais alto arrecado alguma vez foi na história do município. E, portanto, era esse o esclarecimento. E tendo isso em conta, não existe, como nós dissemos, não existe um correspondente em qualidade e intensidade de serviço público.

A Câmara Municipal toma as suas escolhas, tem legitimidade para o fazer e nós também temos a legitimidade de ter escolhas diferentes e de ter a oportunidade de as defender. E é nesse quadro que nós funcionamos.

Querida também só fazer aqui uma nota sobre a intervenção do PSD pela voz do Senhor deputado Filipe Tomaz. Isto é curioso, porque se eu bem me lembro, esta é a retórica do PSD até há bem pouco tempo. Não aqui na Câmara Municipal, mas no país, era de que Portugal estava com uma carga fiscal brutal. E os economistas apareciam e diziam, pois, é que isso tem a ver com a atividade económica, com haver mais emprego, e vocês insistiam na demagogia. Mas vejo que o senhor Filipe Tomaz, ao contrário do seu Partido, tem uma visão mais sofisticada sobre os impostos e reconhece que existe criatividade económica e tudo mais, e que tem influência na cobrança de impostos. E, portanto, queria também saudar a sua intervenção, porque vai contra aquilo que é a retórica do PSD nos últimos anos. E, portanto, acho que é preciso reconhecer essa diferença.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Atrás disse para todos votarem favoravelmente, mas não vai ser assim. Em democracia é assim. Todos analisam o mesmo documento, uns votam favoravelmente, outros votam contra e ainda outros se abstém, é a democracia a funcionar.

Mas neste ponto, GOPs e Orçamento para 24, é mesmo bom e útil que a oposição, principalmente o Partido Socialista, não votem favoravelmente. Porque iliba-os da execução das mesmas e do sucesso para Aveiro e para os aveirenses que esta aprovação e execução advém para os mesmos. Custa para o PS que com uma conjuntura nacional e internacional difícil, estejamos a aprovar um Orçamento recorde de 170 milhões. Um Orçamento honrado com o passado e o presente. Um Orçamento que cumpre o prometido. Baixa do IMI 0,4 para 0,35. Um Orçamento que mantém um investimento na área material e imaterial como nunca em Aveiro. Um Orçamento de apoio às pessoas e às famílias. Um Orçamento com forte investimento na Educação, na Saúde, na Habitação, no apoio às

Juntas de Freguesia, às Associações, aos Bombeiros, ao Aveiro Tech City, no Ambiente, na Descentralização, na Mobilidade, etc.

Um Orçamento que mantém as exigências ao Governo, na Lota, na baía São Jacinto, no Tribunal de Aveiro, no Griné, na requalificação das estradas 235 e 357, e nas Portagens. Estas são as razões que fazem com que o PSD vote tranquilamente este documento. Mas também entendemos porque outros votam contra. O ano passado era porque o IMI não descia. Este ano com a descida do IMI não para os 0,38 da proposta eleitoral do Partido Socialista, mas para 0,35. Com um rácio de dívida inferior a 0,5 e um encargo de dívida de 2,7%. A razão justificativa em reunião de Câmara foi que deviam fazer menos obras, são obras a mais!? Senhor Presidente da Câmara, não concordo quando diz, politicamente tínhamos um PS fraco, agora temos um PS pior. Não concordo mesmo. Mas reconheço que o tempo lhe está a dar razão.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

“Muito obrigado Senhor Presidente. obrigado a todos. Sumariamente, Salavessa o que falta não é preciso ir ao Parlamento Europeu a gente trata disso. Nós temos um problema com uma empresa que falta terminar uma peça, não vou agora estar com explicações técnicas, para garantir a segurança dos utilizadores. E não volte a dizer isso de barcos eletrificados porque pode-nos tirar utilizadores. Pode dar ideia que vai dar choque. Não, o motor é que vai ser elétrico. Não diga que são eletrificados que isso pode causar perdas graves em termos de conquista de utilizadores. Portanto é um elemento que falta. A empresa que ganhou o concurso entretanto foi comprada por uma grande multinacional e é um dossier que não nos tem corrido bem, porque obviamente, está tudo pronto, mas falta esse elemento que é fundamental para disponibilizar os carregamentos aos nossos operadores.

É evidente que os dois anos que eles têm por obrigação de fazer a transição dos motores de combustão para os motores elétricos ainda não começou a contar porque o sistema não está disponível. Mas não é preciso dizer lá ao seu camarada colocar a questão no Parlamento Europeu. Embora se a quiser colocar até de publicidade à terra, desde que seja feito com jeito.

Quanto à Beata Joana, esta lógica comunista é terrível! Vocês não apanham juízo, vocês agora até querem nacionalizar os Santos. Nós somos contra no PSD, no CDS, no PM, mas somos contra a nacionalização do São Gonçalinho e da Beata Joana! Não se metam nisso. E, portanto, eu percebo que no comunismo até os Santos são nacionalizados. É uma coisa horrorosa, deixem os Santos ser privados. Nunca na vida nós iríamos municipalizar a Festa de São Gonçalinho, nunca na vida. Há uma respeitabilidade absoluta. A festa de São Gonçalinho tem uma mordomia, tem um enquadramento institucional de uma paróquia, era o que mais faltava. Agora importância, nós somos a Câmara que deu importância à festa de São Gonçalinho. Nós somos a Câmara que acabou com aquela coisa que eu achava chocante, que era ficar com o dinheirinho dos vendedores ambulantes na festa. Aquele dinheirinho era para a Câmara. Eles tinham o trabalho e o dinheirinho era para a Câmara. Nós somos a Câmara que colocou a festa no roteiro da nossa cidade verdadeiramente. O que era o São Gonçalinho há 10 anos atrás? O que é que era. Era uma bela festa popular, pequenina, como eu me recordo, estudei na Homem Cristo há tantos anos, também acompanhei sempre. Era a nossa festa, da estudantada que estava mais perto. Não vale a pena, nós não vamos nacionalizar o São Gonçalo. Agora, assim como na Capital Europeia, se ler o Bid Book lá está um lugar muito especial para aquela festa e para aquilo que a festa quer dizer, também vai ver dentro de poucos dias o lugar especial que ela ocupa na oferta Cultural e no discurso da primeira componente da capital, que é a componente da identidade, onde a festa da mordomia de São Gonçalinho tem lugar. É importante. Ela

integra o programa de Boas Festas há já alguns anos. Foi uma das ações que fizemos para lhe dar dimensão, expressão de marketing, etc. e vai ter lugar muito especial na Capital Portuguesa da Cultura, mantendo a respeitabilidade daquilo que ela é.

Não vamos nacionalizar Santo nenhum. Era o que o PCP queria, mas nós somos contra, queremos o Santo privado assim como a Joana. Entendemos que era importante trabalhar e foi iniciativa da Câmara, de São Gonçálinho de Santa Joana, um trabalho liderado pelo vereador Miguel Capão Filipe, que é a assunção como património imaterial nacional. E é neste quadro que está o nosso trabalho. Nós não estamos a trabalhar na canonização. Isso é um trabalho da Diocese.

Nós trabalhámos e fomos nós que propusemos os 2 processos que no caso a Joana já está registado. O Senhor Vereador foi há a Lisboa receber o documento que comprova, com muito gosto, porque, independentemente de querermos ou não queremos, que é património imaterial do país ninguém discute, mesmo aqueles que gostavam que os Santos fossem nacionalizados. Eu julgo que vocês diriam, do município não, o Santo é o mais importante, tem que ser do Estado, tem que ser de Lisboa porque é um Santo mais importante.

Gabriel eu só gostava de lhe deixar uma nota que é, esta questão do multiculturalismo. Eu normalmente uso outra coisa que é, as diferenças culturais deviam ter reciprocidade no respeito cultural. Assim como uma cidadã muçulmana vem para Portugal e usa o traje que muito bem entende, nós aceitamos isso, quando uma mulher portuguesa ou espanhola vai a um país muçulmano também devia ser aceite que ela se vestisse na condição que bem entendesse. É nessa reciprocidade como gesto de respeito pelas culturas, é por isso que eu luto muito. Não esta coisa de que na Europa e nos países ocidentais fazem o que querem. Isto é a libertinagem total. E quando a gente vai para lá, está quieto ó maria, se nos portarmos mal ainda acontece alguma coisa mais trágico.

Uma nota ao João Moniz. João saiu um estudo na semana passada, o nosso IMI tem crescido porque, obviamente, tem crescido a dinâmica económica e depois há outros indicadores. Enquanto o IMI vale 20 milhões de euros, os outros impostos valem mais ou menos metade disso todos somados. E valem porque estamos em época boa. Quem é o maior contribuinte de todos os outros? É o IMT. Que vamos este ano fechar na casa dos 9 milhões, quando em 2014 devia ser por um milhão e meio. Isso foi porquê? Por causa do dinamismo económico, das compras, das transações, que provocam IMT.

Hoje, o imobiliário de Aveiro, o tal estudo diz não sou eu, vale hoje 50% mais. Mas as pessoas não estão a pagar linearmente mais 50% de IMI. Mas quem vender ou quem comprar, obviamente, vai vender e comprar por um valor substancialmente mais alto do que era há 5 anos ou há 10, é preciso ir lá mais para trás e obviamente, isso quer dizer que vai pagar mais IMT e vai pagar mais IMI, como é óbvio, não podia ser de uma outra maneira. Agradecer, para terminar, ao Manuel Prior corrigindo-o. Eu nunca disse que o anterior PS era fraco e que o atual era pior. Eu disse que o anterior PS era mau e que o atual é péssimo. Estas são as expressões exatas da linguagem que eu tenho traduzido.

Quero terminar com um agradecimento a todos pelo debate, mas muito especialmente aos senhores vereadores da Aliança com Aveiro que comigo governam a Câmara do trabalho intenso neste dossier. A todas as chefias da Câmara Municipal que obviamente são parte importantíssima deste processo, com uma palavra muito especial à nossa equipa financeira. Agradecer a todos o trabalho, o contributo, para estarmos aqui com um bom documento para poder merecer a aprovação da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 2 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2024, sendo a proposta aprovada por maioria⁰³², com vinte e quatro a favor (PSD19+CDS5), uma abstenção (CH1) e dez votos contra (PS6+PAN1+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰³³

“O PCP vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento da CMA, para 2024, porque as prioridades definidas continuam a subestimar áreas fundamentais como a habitação, uma verdadeira ação social, e a cultura. O leve peso da habitação nas GOPs (319 mil euros – nem seriam suficientes para dois T2 fora do centro) corresponde a 0,4 % do investimento municipal, uma redução drástica do seu peso relativo comparando com o do ano em curso que é de 2,2%. Continua a ser ignorada a hipótese de instituição de uma tarifa social da água!

Porque têm associado um pacote fiscal que poderia ser menos pesado e que inclui opções erradas, como procuraremos demonstrar nos pontos seguintes da ordem de trabalhos.

Porque o financiamento assegurado do plano, pelas nossas contas baseadas nos documentos apresentados, corresponde a 55,7% dos 149 milhões de euros provisionados.

Porque foram colocadas à discussão e votação as Gop’s antes do pacote fiscal, podendo ou não autorizar receitas que nelas estão previstas.”

Vogal Francisco Picado (PS):⁰³⁴

“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, anuindo que todos os pontos seguintes estão conexos a impostos municipais subentendidos no documento anterior, propôs ao plenário que pudessem ser apreciados todos em conjunto e depois fazer as votações uma a uma. Colocado à consideração não se verificou qualquer oposição.

Ponto 3 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024;

Ponto 4 - Apreciação e votação da Derrama para 2024;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2024;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2024;

Ponto 7 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;

Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023 sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³⁵ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“De forma muito breve, até porque o principal já foi discutido. Dar nota desta nossa opção política, obviamente no quadro orçamental, como é evidente.

Em relação ao IMI cumprimos o compromisso que assumimos. É o patamar que nós entendemos que no quadro do desenvolvimento do mandato, no quadro do município, no quadro que nós temos de previsão desde o início na valorização dos nossos imóveis, que só por se valorizarem, podem pagar mais em valor absoluto. Mesmo pagando menos, ou melhor, mesmo pagando com base numa taxa menor, este é o racional, porque nós, enfim, esperando também que a máquina fiscal seja eficiente, esta redução pode não querer dizer se essa máquina funcionar em condições, uma perda de valor de receita. Claro que é uma perda direta, mas se transpuser para o imposto, o que está a acontecer de forma clara e tecnicamente evidente da valorização fortíssima dos nossos imóveis, pois temos aqui uma valorização.

É neste quadro sustentável, não é reduzir por reduzir, é reduzir não perturbando a importância que esta receita tem no quadro orçamental que nós assumimos isto.

Duas nuances. Uma que não é nova, a manutenção do IMI familiar como um contributo, um incentivo que vale só o que vale, não é ele que resolve coisa nenhuma, mas é um incentivo num quadro em que entendemos que as políticas nacionais deviam incentivar muito mais do que incentivam, as famílias portuguesas a terem filhos.

Mas é um contributo a esse nível de mantermos o chamado IMI familiar, como um instrumento de redução para as famílias que têm as famílias contribuintes que têm filhos.

A outra nota de diferença é que entendemos que está terminado o tempo da agravarmos pouco o IMI das casas devolutas, porque era a lógica de estimularmos a reabilitação, etc, neste momento ainda por cima com o quadro deficitário que temos na relação da oferta de habitação com a procura, obviamente que esse tempo acabou e é o tempo da agravarmos ao valor máximo, como um instrumento que obviamente de per si não resolve coisa nenhuma, mas que é um instrumento, mais um instrumento, de pressão sobre os proprietários de fogos devolutos para que façam algo deles e os tirem dessa condição de devoluto.

Portanto é neste quadro que nós avançamos com o IMI. Nos outros impostos, na Derrama, na Participação do IRS, na Taxa Municipal de Passagem, mantemos o quadro que temos. Lembrando sempre no IRS, que aquilo que é de facto em Portugal uma carga que nós entendemos absolutamente excessiva de impostos sobre rendimentos do trabalho. É de facto demais aquilo que os portugueses pagam em sede de IRS. O problema dos portugueses, dos aveirenses, não são os 5% de descontinho. O problema são os 95% do valor absoluto, como é evidente. Era uma ajudinha pequenina? Sim, era. Mas para nós é uma ajuda muito grande, é muito dinheiro que está em causa. Ou que estaria em causa. Mantemos a mesma filosofia e a pressão na nossa ação política sobre o Governo para baixar a tributação. Para mim, a mais injusta das tributações que existe é a tributação sobre o rendimento do trabalho.

Não digo isto em relação à do consumo ou a outras, mas a mais injusta de todas é a tributação sobre o trabalho, especialmente quando ela é muito pesada, como é o caso do nosso país.

Quanto às taxas de atualização dos Regulamentos, são aquelas que estão nos regulamentos. É aplicar o que está nos regulamentos que aprovámos recentemente e que estão em vigor. Depois deixarei brilhar o Salavessa para lhe responder, porque os nossos regulamentos têm uma nuance que não deviam ter. Ficou assim o Regulamento de Taxas, não estamos em tempo de fazer alterações regulamentares e, por isso, um aplica um índice, outro aplica outro, mas explicarei melhor isto depois das intervenções que seguramente estimularam um debate.

E, portanto, é neste quadro que está devidamente considerado no Plano e Orçamento que acabámos de aprovar, que trazemos este conjunto de propostas a debate e a votação. Proposta de aprovação, obviamente, Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Antes de abordar a substância das propostas em análise, não posso deixar de parafrasear intervenções aqui proferidas em anos anteriores, desde o ano em que a votação das GOPs passou a anteceder a votação do pacote fiscal.

Continuamos convictos de que os pontos da ordem de trabalhos que formalizam a arrecadação de várias receitas, que hoje vamos discutir, deveriam anteceder a discussão das GOPs. Neste aspeto, como em tantos outros, a prática desta maioria vai contra o bom senso, contra a lógica e contra o que é prática comum na grande maioria dos municípios portugueses, colocando o carro à frente dos bois.

Tomemos mais uma vez o exemplo da Derrama. Votamos há minutos um orçamento onde está inscrita uma derrama, com uma previsão de encaixe de 5,92 milhões de euros. Imaginemos que agora a Assembleia rejeitasse a Derrama – podia fazê-lo – como seria o imbróglcio criado por essa eventual deliberação — um Orçamento com uma receita inscrita não autorizada. Claro que do ponto de vista técnico tudo se resolveria.

Mas a crítica do PCP não é técnica, mas sim política. Aprovar o Orçamento antes das deliberações que a sustentam é tomar como certo o que é incerto, é demonstração de falta respeito pelo papel autónomo da Assembleia face à Câmara, o que só é possível acontecer quando a maioria da Assembleia e o seu Presidente, são mera caixa de ressonância da voz de comando da presidência da Câmara.

Quanto à substância, começemos pelo IMI. Vamos votar a favor da proposta apresentada pela Câmara. Finalmente temos uma redução de 4 para 3,5 por cento do valor patrimonial. Uma redução que, como demonstrámos, já podia ter ocorrido neste ano de 2023, mas que a Câmara não propôs. Dissemos no ano passado, na discussão deste assunto, que se a Câmara tivesse proposto uma redução igual ou superior a 0,03 pontos centesimais, votaríamos a favor.

Ora, coerentemente, perante a redução de 0,05 pontos centesimais temos à nossa frente, obviamente que terá o nosso voto favorável, já que irá determinar uma redução da carga fiscal que incide em muitas famílias de Aveiro.

Em particular sobre o IMI é preciso recordar. Continuamos, contudo, a não aceitar as regras do Código do IMI para o chamado IMI familiar, o qual não é, em si mesmo, um instrumento de justiça fiscal e não entendemos também os considerandos favoráveis que constam da proposta da Câmara.

O IMI familiar é uma medida quase cega, que trata de forma igual uma família com 3 filhos que dispõe de 80.000,00 € de rendimento anual, e uma família com 5 filhos e 40.000,00 € de rendimento anual; ambos, tanto uma como a outra têm a mesma devolução de 140 euros.

É também injusta porque obriga a que os pensionistas, desempregados e trabalhadores com baixos rendimentos, sem filhos ou cujos filhos não sejam considerados dependentes para efeitos de IRS, com prédios cujo valor não lhes permita beneficiar da isenção do art.º 48º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, paguem o IMI a uma taxa superior ao aplicado às famílias com filhos, mas com rendimentos e prédios de valor superior.

Sendo a fixação do valor do IMI o aspeto mais relevante do pacote que é proposto, 17 milhões e 820 mil euros, apenas uma breve abordagem dos itens restantes.

O PCP irá abster-se na proposta de Derrama. Trata-se de um imposto extraordinário que com o decorrer dos anos se tornou normal, o que não significa que se torne eterno. E que se

apresenta com valores em crescimento. Cerca de 6 milhões de euros é o que está previsto cobrar, mas estamos convencidos que esse valor será bem ultrapassado dado o contexto económico do ano em curso.

Talvez seja possível reduzir a taxa de Derrama para 2025. Tal como seria viável reduzi-la já este ano. Iremos acompanhar a evolução da cobrança.

Abstenção será também o voto do PCP, acerca da participação variável no IRS. Quase se pode falar, neste caso, em chantagem e pressão sobre as autarquias dado que, num quadro de incumprimento da Lei das Finanças Locais, dá aos municípios a possibilidade de diminuir a carga do IRS dos cidadãos, mas à custa. não do orçamento de estado, mas sim das finanças municipais.

De qualquer forma, é perante este cenário que, no ano passado, 170 municípios, dos 308, decidiram prescindir parcial ou totalmente da receita (mais parcialmente do que totalmente) enquanto 138 decidiram como Aveiro ficar com a totalidade. Mas não digam que é pouca coisa. São 7,4 milhões de euros é o que a Câmara pensa receber em 2024 na participação do IRS. Se prescindisse de metade seriam 3,7 milhões que reincorporavam aos rendimentos dos contribuintes do município. A muita gente daria jeito o quinhão respetivo. Mas continuamos a entender que este tipo de alívio fiscal deve resultar do Orçamento de Estado.

O PCP votará contra a taxa dos direitos de passagem, cobrado formalmente aos operadores de energia e telecomunicações, mas que estes fazem sempre refletir nos custos imputados aos consumidores. São apenas 40 mil euros, distribuídos por quase todos, mas não é por ser pouco que a taxa passa a ser justa.

Quanto às duas propostas de atualização de Taxas decorrentes de dois regulamentos, o PCP chama a atenção para a falta de coerência na comparação entre os dois regulamentos. Invocando o mesmo princípio genérico para as duas propostas – a atualização de acordo com a inflação registada – temos duas referências de atualização diferentes!? Uma para cada regulamento. Enquanto se propõe, para o RMTOR uma atualização de 6,36%, já para o RUMA a taxa de atualização é metade, 3,58%! Será que ocorreram duas inflações diferentes em Portugal? Uma para o público em geral e outra para os investidores imobiliários, mais favorável para estes últimos do que para todos nós?

Não há justificação técnica que sustente a diferença óbvia entre os dois valores. Por mais que possam tentar iludir a situação o óbvio é mesmo óbvio, e está mal. A Câmara deveria intervir para que o ponto 8 não fosse votado e trazer aqui mais tarde uma proposta justa de alteração ao RUMA. De qualquer forma o PCP abster-se-á na votação do ponto 7 e votará contra no ponto 8, se houver votação.

O PCP continuará a sua intervenção no sentido da diminuição real da carga fiscal municipal, enquanto continua a sua ação nacional para a melhoria da percentagem do orçamento de estado atribuído às autarquias locais. Tenho dito.”

Presidente da Mesa: [039](#)

“O Presidente da Assembleia e a Assembleia, julgo, não é nenhuma “caixa de ressonância” do executivo. O que há é uma consonância e também não seria de esperar outra coisa. Eu fui o primeiro eleito por um projeto político com o qual me identifico, no entanto, uma vez assumidas estas funções procuramos exercer-las com a máxima independência. O Senhor Presidente tem consciência e todos temos consciência que é um trabalho permanente e que tem sido feito ao longo de seis anos de diálogo, de colocação de questões, que não têm de ser colocadas permanentemente, digamos assim, na praça pública. É assim que eu interpreto esta função. E muito mal seria para o município de Aveiro se tivéssemos aqui um jogo de vaidades e de contrapoderes entre um lado e o outro. Era esta a ressalva que queria fazer.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Relativamente ao IMI nós votaremos favoravelmente. O nosso partido defende IMI no valor mínimo, mas isto é um passo nesse sentido e, portanto, os aveirenses, ninguém perceberia se o nosso partido votasse que não fosse favoravelmente.

Relativamente à Derrama, está no valor máximo. Eu já o ano passado trouxe aqui uns gráficos e não me quero estar a repetir, mas relativamente à Derrama e ao IRS variável e à Taxa Municipal, o nosso sentido de voto é o mesmo do ano passado, portanto estão os 3 impostos no seu valor máximo, mas na Derrama votaremos contra, no IRS variável contra, e na Taxa Municipal de Passagem iremo-nos abster.

Relativamente aos pontos 7, 8. somos tendencialmente a favor, mas não ficarei insensível e possíveis argumentos que sejam aqui apresentados noutra sentido. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE)⁰⁴¹

Vogal Jorge Girão (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Boa noite a todos. Senhores Presidentes, saúdo toda a câmara nas vossas pessoas. Espero que tenham um bocadinho de paciência comigo, porque eu não tenho muito o hábito de falar, mas há aqui duas ou três coisas que não podia deixar de notar.

Primeiro a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e o Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas e as taxas previstas no Regulamento Urbanístico, não temos absolutamente nada a dizer. Achamos que é um aumento do que a lei permite. Servem para a Câmara cada vez mais prestar serviços também de qualidade nestes setores.

Achamos até que alguns são poucos, nomeadamente aqueles que têm a ver com violações de nomeadamente arresto de carros, bloqueio e reboque, isso aí eu sou apologista que deveria fazer mais, mas admito que é o limite e que está bem.

Quando falamos da Derrama, eu, começamos a entrar numa área que me diz alguma coisa, que é a seguinte. Nós todos nos queixamos em Portugal que os impostos são mal aplicados e todos sabemos que durante anos, nestes últimos anos, temos cada vez mais impostos e menos serviços. Ao contrário da Câmara que tem mantido os impostos a um nível razoável e que tem crescido, por melhoria das condições criadas pela câmara e, como tal, eu não me choca absolutamente nada 1.5% da Derrama sobre as empresas, que se instalam no concelho, que são usadoras, digamos lá, peço desculpa da expressão, e que utilizam os serviços e utilizam os meios criados pela Câmara paguem 1.5% de Derrama. Acho absolutamente normal.

E, pelo que eu vi, são não sei quantos milhões de euros, nada de especial, mas acho que são 4 milhões de euros, mas acho que são muito mais bem utilizados aqui nas autarquias locais, do que propriamente atirá-los para o Governo.

O Governo tem uma coisa muito simples de fazer. Baixe os impostos porque tem todo o poder para isso. Eu acho fantástico quando se vem para esta assembleia dizer assim: a Câmara tem de baixar os impostos! Mas não se fala nada sobre um Governo que nos últimos 8 anos, aliás, desde 96 foi 22 de Governo PS, sendo que 4 ou 6 foram de coligação, por isso, acho isto um bocadinho estranho.

Relativamente ao IMI, acho que estamos a cumprir as promessas. Acho absolutamente natural. É preciso coragem, sobretudo é preciso ter a coragem de não arranjar desculpas, porque hoje é muito fácil arranjar desculpas. Eu tenho a certeza que grande parte dos partidos, nomeadamente aqueles que foram Governo nos últimos anos mais tempo,

arranjariam a desculpa. Arranjariam a desculpa da guerra, dos preços das matérias primas, dos preços da energia, etc, etc. qualquer uma existiria para não se baixar o IMI. A Câmara abdica de 1 milhão 700 mil euros, que é um por cento, digamos assim, do orçamento total. Acho absolutamente normal e aqui acho que está a cumprir aquilo que sempre fez, recuperar uma Câmara e a partir daí aplicar o seu plano de investimentos e de desenvolvimento.

Relativamente à situação do IRS Variável, ainda me choca mais. Eu vou explicar porquê. Porque mais uma vez, eu acho que o Estado e o Governo Central têm a faca e o queijo na mão. Ontem lia num artigo que dizia assim qualquer coisa do género: António Costa foi o primeiro-ministro que mais tempo governou no Portugal democrático. Mais tempo que Sócrates, mais tempo que Passos. Durante 8 anos não fez uma reforma. Gabou-se que sentia escalafrios de cada vez que se falava de reformas estruturais. Conduziu o Governo mais rico dos últimos 50 anos, consequência do reforço das verbas europeias e do contínuo somar de tributação fiscal e nada fez com o dinheiro.

E sabemos que nada fez, porque sabemos como estão as coisas. Não há uma obra estruturante, não há um acompanhamento. Há aqui a coisa do hidrogénio (que isso é outra questão que discuto com quem quiser num dia destes) de modo que eu sinto-me muito mais confortável em dar-se 5% do meu IRS à Câmara, às autarquias locais em geral, porque eu claramente acredito nas autarquias locais, talvez seja de formação, não sei do quê, mas acho que das 304 há poucas que tenham problemas graves. Aveiro não é uma delas. Antes pelo contrário, tem trabalhado extraordinariamente bem, de modo que choca-me muito. E choca-me que Vereadores da Câmara (que são meus amigos ainda para mais de há muitos anos) utilizem este argumento falacioso que era dinheiro que ia para os contribuintes.

Meus senhores, nos vossos partidos, na Assembleia da República, que alguns são membros, proponham outras coisas. Eh, pá isto é um bocadinho aquilo que eu tinha a dizer.

Há uma coisa que eu quero deixar, já agora, se não se importam. Quero deixar os parabéns ao PS por um líder distrital ter feito ontem uma declaração que mostrou que além, como os pássaros, também é inteligente. Foi ter feito uma declaração de apoio a um candidato que eu, pessoalmente, apesar não ter nada a ver me parece o mais razoável para esta altura. Espero que, sendo tão seguidor e tão defensor deste líder, façam a mesma escolha inteligente e que tal como os pássaros não sejam estúpidos. Desculpem lá expressão.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Muito obrigado Senhor Presidente. A primeira nota é para lhe gabar às vezes a sua amplitude de critério e permitir que haja alguns desvios ao assunto, mas é para lhe dar nota positiva. Aprecio a sua amplitude de critério! É pena que às vezes não seja apenas equitativa para todos os partidos aqui presentes nesta assembleia.

Mas passe este reparo, se não percebe eu depois posso-lhe explicar. Mas passando à frente, seguindo. Relativamente ao IMI obviamente que o PS acompanha não só a descida, mas toda a política fiscal está inerente à definição do IMI. Nomeadamente a questão dos prédios devolutos e a questão do IMI familiar. Ia dizer que, enfim, o PS já tinha defendido a descida do IMI. Já sei qual é a resposta. Portanto defenderam para 0.38 e agora é 0.35 e, portanto, antecipou alguma conversa que venha à posteriori.

Relativamente ao IRS. Eu não deixo de achar curioso algum argumentário que encontrei aqui. Porque de facto até podemos concordar que os impostos da nação estão elevados, pagamos muitos impostos, podemos concordar ou discordar. Agora vir utilizar o argumento de dizer que não se devolve 5% de IRS porque o Governo não baixa os impostos, não me parece verdadeiramente, não estou dizer que foi o Senhor Presidente ou dizer que houve aqui intervenções que foram nesse sentido e, portanto, não me parece que seja um

argumento muito consolidado. Mais. O que existe é a faculdade que é dada aos municípios de poderem utilizar este instrumento ou não. É sobre isso que estamos a decidir. O município entende que não, muito bem, entende que sim, muito bem. Todas as extrapolações que possamos fazer sobre isto derivam obviamente de uma questão que tem a ver obviamente com o facto de os 5% incidirem sobre o IRS de cada um de nós. E como percebem, o IRS de cada um de nós não igual. Até admito que possa haver gente nessa bancada, nestas bancadas, que se estejam perfeitamente nas tintas para os 5% que iriam usufruir em termos de devolução de IRS. Mas a verdade é que para alguns dos aveirenses 5% são 5% do montante, seja ele qual for. E se calhar, nalguns casos, fazem falta para algumas coisas que tenham a ver com a sua gestão diária de uma vida que pode ser mais ou menos difícil.

Portanto, misturar aqui estes argumentos e que não me parece, mas eu respeito a opção da autarquia. Aliás, a verba que iriam prescindir não está quantificada, pena que não esteja quantificada da mesma forma para o IMI. É interessante ter no documento sobre a proposta de IRS, com exatamente o mesmo exercício de uma análise de sensibilidade que aparece no IMI, que é uma análise que me parece interessante, porque espelha a real cedência da descida do IMI e daquilo que a Câmara prescinde em termos de receita. No IRS, tenho pena que no documento não esteja exatamente uma análise de sensibilidade semelhante.

Embora depois apareça noutro documento e, portanto, conseguimos perceber qual é o montante total, mas não deixaria de ser interessante esse aspeto.

Sobre a questão dos Regulamentos. Sim, as taxas de atualização dos regulamentos não têm por base o mesmo pressuposto, o mesmo índice, mas isso, enfim, caberá ou não à autarquia ao executivo propor ou não esse alinhamento. Mas a pergunta e é uma pergunta genuína, este aumento é um aumento opcional! O que está definido é o valor que pode ser utilizado para fazer incidir sobre aquilo que é o regulamento atual. Portanto é uma opção do município aplicar ou não este aumento. É a pergunta que eu deixo. Porque penso que não é um aumento compulsivo, mas confesso que é uma pergunta genuína, não é nenhuma questão artilosa, é mesmo perguntar se é uma opção do município? Assim como no caso das rendas, há obviamente um indicador estipulado para que o aumento da renda se possa fazer um ano para outro, mas o senhorio pode obviamente não o aplicar se for essa a sua vontade. Essa é a questão que eu deixo relativamente aos aumentos dos regulamentos. É só.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Este pacote fiscal é discutido após a aprovação do orçamento camarário e ao qual não foram apresentadas soluções alternativas, elaborado com base nesta proposta. Em 2021 assumimos o compromisso de reduzir o IMI de 0,4% para 0,35% e reiterámos este objetivo nesta mesma Assembleia no ano transato. Estamos a meio do mandato, este é o nosso tempo para esta redução da carga fiscal.

Mesmo com alguma indefinição relativa ao Orçamento do Estado ou relativamente ao governo para o próximo ano, avançamos com este compromisso, porque fizemos o percurso para que nesta data garantirmos um quadro sólido de sustentabilidade das finanças da autarquia. Avançamos, porque é o nosso compromisso com os aveirenses.

A Autarquia continua num momento de forte investimento e em fases avançadas de execução. O investimento autárquico que também tem contribuído substancialmente para a valorização do património imobiliário aveirense, basta fazer um pequeno exercício de memória para perceber a franca evolução.

O IMI tem representado, grosso modo, ao longo dos últimos anos um valor acima de 19 milhões de euros, pouco mais de 10% do presente Orçamento. Esta redução de taxa,

significa uma perda de receita direta cerca de 1,8 milhões de euros, montantes que poderiam entrar na tesouraria da Camara e não vão entrar, por opção política assumida por esta maioria. Mas, ainda, sobre esta matéria permitam-me fazer uma ressalva. As notícias mais recentes apontam para um possível crescimento da fatura final do IMI aos portugueses por via da revisão por parte da Autoridade Tributária do Valor Patrimonial dos Imóveis, tornando esta redução do IMI, uma medida ainda mais importante para os aveirenses numa fase como esta.

Reconhecemos que se trata de um esforço para muitas famílias, e por isso mesmo, não podemos deixar de salientar o IMI familiar e o benefício financeiro que representa e abrange cerca de 6.400 agregados familiares. Assim, face aos restantes impostos e taxas apoiaremos a manutenção do pacote fiscal, permitindo a aconselhável previsibilidade fiscal na vida das empresas e das pessoas. O município de Aveiro continua a ser atrativo para pessoas e empresas, como revela por exemplo um estudo recente que afirma que Aveiro é um dos 31 dos 308 municípios que têm poder de compra acima da média nacional com base em dados do INE. E com certeza que nenhum de nós decidiu residir onde reside por haver maior ou menor participação variável de IRS, mas sim pelos serviços e qualidade de vida que consegue usufruir. Basta relembrar a classificação de Aveiro no estudo recente da Marktest.

Relativamente à comparticipação do IRS, sendo este um imposto sobre o rendimento das famílias, cabe ao próximo Governo, social-democrata espero eu, dar o exemplo e ser mais ambicioso no alívio da fatura do que aquilo que consta no atual Orçamento de Estado.

Em Aveiro, manteremos a postura em relação a este imposto. O alívio da tributação fiscal em sede de IRS dos portugueses em geral e dos aveirenses em particular deve ser uma prioridade do governo. Assim, estamos de acordo com o presente pacote fiscal, pela continuidade da consolidação orçamental e por permitir gerir financeiramente as obras em curso, as novas obras, a incerteza da transição dos Quadros Comunitários, e para terminar, mas também, por permitir o alívio da carga fiscal aos aveirenses e a concretização de mais um compromisso eleitoral.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“É rápido, só para completar. O PSD vai votar favoravelmente, confortavelmente o que nos é proposto. Mas vai votar, não por aquilo que disse o deputado do PCP, de que é uma caixa de ressonância deste lado, mas porque vota convictamente.

E a existência desta consonância com executivo é clara (não precisa de se rir sr. deputado). Nós sobre, por exemplo, o Orçamento, reunimos várias vezes o executivo. Demos opiniões, demos ideias, fizemos reuniões, muitas. E, claramente, a posição final é de todos.

Por exemplo, o Senhor Presidente pode confirmar, ainda ontem à noite tive uma dúvida sobre um ponto e mandei uma mensagem. Hoje na nossa hora de falarmos (quase todos os dias entre as 7 e meia e as 8 e meia da manhã) ele ligou-me, e esclarecemos essa dúvida. É assim que nós trabalhamos. Por isso, não há aqui ressonância nenhuma! Há consonância de opiniões porque trabalhamos. Por exemplo, sobre o Orçamento, demos opiniões. Sobre as GOPs, demos opiniões. Da oposição qual foi o partido que deu uma linha de opinião? Nenhum. Aí é que não há consonância, não sabem no que estão, não participam em nada, votam contra. Nós vamos votar favorável.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Muito obrigado. Obrigado a todos pela clareza. Fiquei um bocado baralhado com o PCP, mas pronto. Tudo muito claro e tudo muito explicado e, portanto, agradecer a todos o debate por essa atitude muito clara de todos.

Só duas ou três notas, primeira sobre o que disse o Salavessa, que é este crescimento de Derrama. E, obviamente, é tão simples quanto isto, que é que quer dizer isto: quer dizer, crescimento económico, quer dizer dinamismo, quer dizer crescimento, quer dizer aquilo que nós precisamos.

Já tivemos períodos da vida em que era ao contrário. Era tudo a andar para trás, recessão, etc. Mas estamos num ciclo positivo e oxalá que se mantenha como é evidente. Isso são sinais claros desse crescimento. E agora, devo dizer, já disse isso aqui, vou repetir. Eu sou presidente de Câmara há 26 anos, nunca na minha vida, sempre as Derramas foram máximas em Ílhavo e em Aveiro, nunca ouvi um pagador de Derrama a reclamar.

Porque no quadro de fatura de impostos do pagador de Derrama, a Derrama tem uma percentagem baixíssima. Esta é a circunstância objetiva.

Há municípios que fazem um filme e dão uns descontos, é 1.5 ou 1.47, cada um faz o que quer e viva a liberdade e a autonomia de cada um.

Mas de facto este impacto na estrutura de pagamento de impostos de uma entidade pagadora de Derrama, a Derrama vai ter uma presença ínfima. Mas pronto, fica para um perguntar a um pagador e ficarem a perceber que o que estou a dizer é objectivamente verdade.

Agradecer muito ao Jorge Girão a clareza da sua intervenção. E deixar-vos de conversa que não serve para nada e vemos isto, quer dizer: onde é que anda o IRC das nossas empresas, quando temos uma Justiça que funciona superlenta. É um dos maiores problemas da atividade económica portuguesa á a lentidão da Justiça.

Quando temos uma Autoridade Tributária, tantas vezes cega e bruta, enfim, etc, etc. não vou estar aqui a cansar hoje as pessoas. Há alguma dúvida sobre onde anda a Derrama? Alguma dúvida qual é a diferença hoje de qualidade (ainda não acabámos obras todas, vai começar dentro de pouco tempo a última) da nossa maior zona industrial, onde estão a maior parte dos nossos pagadores Derrama. Há alguma dúvida? Alguém tem alguma dúvida a não ser quem tenha a sua mão para tapar os seus próprios olhos.

E, portanto, essa é de facto uma relação muito positiva que dá em regra ao municipalismo esta relação de verdade. Aliás, eu defendo há muitos anos, embora não é opinião maioritária dos colegas, que a cobrança destes impostos devíamos ser nós próprios a cobrar. Porque quando nós pagamos um imposto e temos uma relação muito próxima, muito fácil de perceber sobre o que é que fazem com o dinheiro que eu estou a pagar, a fuga ou o gosto de fugir ou a necessidade de fugir ao imposto, baixa brutalmente. Está provado em muitos países, não é preciso ir muito longe. Na Espanha e a Espanha não tem a cobrança de impostos pelas Câmaras em todo o território, mas tem em partes do território. Os relatórios deles, o crescimento é brutal.

Nós pagamos uma fortuna absurda, absurda, à Autoridade Tributária para nos cobrar os impostos. 2,5% do IMI que as pessoas pagam e para pagar à Autoridade Tributária para pagar os custos! O que é ridículo. Quando nós vamos ver nos 80 mil milhões de euros, a presença do IMI que é 1.500 milhões, porque diabo é que nós pagamos 2,5%?

Já viram o que é 2.5% de 20 milhões de euros? É quanto nos custa.

É pá, deixem-nos cobrar nós que nós montamos um serviço que nos custa muito menos. A relação entre o pagador e o utilizador da verba que entregou é muito mais forte. Baixa o custo da cobrança e aumenta a eficácia dessa mesma cobrança.

Tá quieto ó Maria, que em Portugal os Governos, todos continuam a utilizar aquele truque psicológico sobre os impostos.

É que o único imposto em Portugal que dói a pagar, o único que tem má notícia de uma carta que chega a casa e que, nalguns casos é repetida duas vezes outra é repetida 3 vezes, o único é o IMI. Os outros são todos simpáticos.

Nós acabámos de comer, pagamos a conta e felizes da vida. Pagamos os bifes e a coca-cola e pagámos o IVA. Vamos às compras de qualquer coisa e felizes da vida pagamos IVA.

Vamos meter combustíveis e mais de metade do valor que metemos para dentro não é combustível, é uma carrada de impostos. Etc, etc, etc.

Mas pronto. Esta é a nota só para não baralhar e agradecer muito ao Jorge essa clareza que ajuda muito a perceber isto, de uma forma muito séria, muito linear, que é aquela que é útil fazermos nestes debates.

Picado, o Salavessa não foi lá. O Salavessa meteu o tiro na água, não foi lá. Há um erro nos nossos regulamentos. É um erro que é um erro obviamente, mas que estávamos habituados a que não propiciasse o erro. Qual é a diferença no regulamento que provoca a diferença dos 6,34 com o com o 3,58. Eu vou ler que é para não haver dúvidas. Enquanto no RMTOR é a taxa de variação média dos últimos 12 meses do índice em causa, que é o do preço ao consumidor. A taxa de variação média dos últimos 12 meses. No RUMA aquilo que está no texto, o índice é o mesmo, mas a taxa do índice ao consumidor é com referência a setembro. Como estivemos em 2023, num processo de taxas muito altas, por força da inflação e começámos a decrescer essa taxa a partir de Abril, quando vamos fazer os 2 índices, o primeiro leva com um indicador mais alto e o segundo que é fechado ao mês de Setembro, mais baixo. Mas mais. Pensámos nisto quando se deixou esta diferença nos regulamentos? Não pensamos nisso. Porque vínhamos todos bem habituados de não viver estas diferenças. Há tantos anos que Portugal não tem uma crise inflacionista, Portugal e o mundo em que vivemos todos. Portanto, é um erro. Não ficou assim de propósito. É um erro, mas é um erro que se nós estivéssemos num ano sem crise inflacionista, o valor que estava aqui era exatamente o mesmo ou tinha uma centésima de diferença.

Portanto, porque é que isto não aconteceu em 22, no ano passado? Porque os regulamentos ainda não estavam em vigor. Quando levámos estas matérias, não à Assembleia, mas a Câmara, onde tudo isto começa com os atos formais, apercebemo-nos. Pedimos só aos serviços para nos verificarem o procedimento e cronograma para podermos corrigir, mas os prazos não nos permitiam. Poderão dizer, qual deles é o pior? Não sei, depende. Vamos imaginar que regularizamos com referência a Setembro e para o ano acontece exatamente o contrário? Portanto aqui depois ficamos num dilema. Mas pronto explicar isto com toda a verdade à Assembleia. Mas os valores obviamente são pequenos, mas obviamente que deveriam ser iguais. Portanto queria deixar com toda a clareza a comunicação e a nossa dúvida. Queremos corrigir, queremos. Mas é pá, para qual deles vamos? E aí nós não temos a discussão terminada. Obviamente que o mais fácil é ser do mês x e acabou, para não estarmos com contas. Mas fica aí a informação de que nós não temos ainda nenhuma decisão. Deixar de forma clara a informação à Assembleia Municipal e aos cidadãos interessados na matéria. Muito o brigado. Muito o brigado a todos.”

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)⁰⁴⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa iniciou as votações, colocando à votação o Ponto 3 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024, sendo a proposta aprovada por unanimidade,⁰⁵⁰ com trinta e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN1+BE2+PCP1).

Ponto 4 - Apreciação e votação da Derrama para 2024, sendo a proposta aprovada por maioria⁰⁵¹, com trinta votos a favor (PSD19+CDS5+PS6), três abstenções (BE2+PCP1) e dois votos contra (CH1+PAN1).

Ponto 5 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2024, sendo a proposta aprovada por maioria⁰⁵², com vinte e quatro a favor (PSD19+CDS5), uma abstenção (PCP1) e dez votos contra (CH1+PS6+PAN1+BE2).

Ponto 6 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2024, sendo a proposta aprovada por maioria⁰⁵³, com trinta votos a favor (PSD19+CDS5+PS6), uma abstenção (CH1) e quatro votos contra (PAN1+BE2+PCP1).

Ponto 7 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, sendo a proposta aprovada por maioria⁰⁵⁴, com trinta e um votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6), duas abstenções (PAN1+PCP1) e dois votos contra (BE2).

Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2024 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria⁰⁵⁵, com trinta e um votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6), uma abstenção (PAN1) e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto

Vogal António Salavessa (PCP)

“Tal como solicitei na minha intervenção a mesma é a declaração de voto dos seis pontos.”

Saiu da sala o Vogal Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo.

Ponto 9 – Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), sendo que um deverá ser Presidente de Junta de Freguesia.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário ter dado entrada uma única lista de candidatura, a que atribuiu a letra “A” para a eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), constando na mesma a declarações de aceitação dos seguintes membros: Presidente de Junta Catarina Marques da Rocha Barreto e a Vogal Sara Sandra Resende Tavares.

Continuando, anunciou o modo e a forma de se proceder à eleição por escrutínio secreto. Feita a distribuição por todos os Vogais da Assembleia dos boletins de voto adequados para o efeito, deu-se início à chamada nominal.

Concluído o processo de apuramento pela Mesa, verificaram-se os seguintes resultados:

Deram entrada na urna 34 votos:

Votos a favor: 29 (*vinte nove*).

Votos em branco: 5 (*cinco*).

O Presidente da Mesa declarou como representantes da Assembleia Municipal na Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL)⁰⁵⁶ a Presidente de Junta Catarina Marques da Rocha Barreto e a deputada municipal Sara Sandra Resende Tavares.

Reentrou na sala o Vogal Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo.

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁵⁷ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada e concluída a sessão ordinária de Novembro/Dezembro de 2023.

Eram 00:30 horas do dia 16 de Novembro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)